

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR – CFO-PM

ERMERSON DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA NATAÇÃO NO TESTE DE
APTIDÃO FÍSICA PARA O INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE
SOLDADOS DA PMMA**

São Luís

2022

ERMERSON DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA NATAÇÃO NO TESTE DE
APTIDÃO FÍSICA PARA O INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE
SOLDADOS DA PMMA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em segurança pública.

Orientador: Ten. Cel. QOPM Mário Sérgio Cutrim Santos.

São Luís

2022

ERMERSON DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA NATAÇÃO NO TESTE DE
APTIDÃO FÍSICA PARA O INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE
SOLDADOS DA PMMA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em segurança pública.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

TEN. CEL. QOPM Mário Sérgio Cutrim Santos
Polícia Militar do Maranhão

Prof.º Dr. Fabiano de Jesus Furtado Almeida
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

TEN. CEL. QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Júnior
Polícia Militar do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus, pois ele é o meu refúgio e fortaleza. Aos meus avós e a minha Mãe que sempre acreditaram em meu potencial. A minha irmã, família e namorada, meus incentivadores. E a todos os meus amigos, sejam os do tempo da escola, da igreja, da Academia de Polícia e outros os quais ganhei, todos de alguma maneira, me ajudaram a alcançar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus, aquele que tem sido meu alicerce, meu abrigo e refúgio nos momentos mais difíceis da minha vida. Somente a Ele seja dada toda honra, glória e louvor para todo o sempre.

Aos meus avós Dona Dolores Lima da Silva e Seu José Ribamar Pereira da Silva, os quais me ensinaram a ser um homem de caráter, fiel aos princípios de Cristo, a sempre ter um coração grato a Deus e a respeitar a todos a minha volta.

A minha Digníssima Mãe, Ângela Maria Lima da Silva, àquela que sempre fez de tudo para me dar uma vida boa, nunca medindo esforços para me ver feliz, tudo o que eu puder fazer para retribuir um pouco desse amor, irei fazer.

A minha querida irmã, Aline da Silva Sousa, amiga de todas as horas, àquela que eu sei que sempre poderei contar.

Aos meus queridos tios, Eliezer Lima da Silva e Alda Fernanda Bayma, os quais acreditaram em mim, me incentivaram a estudar e acreditar que os meus sonhos poderiam ser alcançados com esforço e dedicação.

A família Alfaiate, todos foram essenciais para minha formação enquanto pessoa e profissional.

Ao Sr. Fernando Bayma e Sr.^a Alda Sodré e Família, por todo afeto e carinho dispensados a mim ao longo desses anos.

A minha namorada, Geysel Maria Rosa Rodrigues, companheira e amiga, presente precioso de Deus na minha vida e fundamental para a realização desse sonho.

A dona Almicelia e dona Josete, ambas foram fundamentais tanto antes, como no decorrer do curso, sempre estarão em meu coração.

Aos meus amigos Íthalo Mello, Joárbe Marcos, Alexandre Costa, Hudson da Luz, Ronald Silva e Patrício Neto que me ajudaram na concretização deste sonho.

Aos meus amigos e Irmãos de farda, Welley Kennedy, Daniel Duarte, Igor Leonardo, Leonardo Vasconcelos, Humberto Pinheiro e Joaz Muniz que ladearam comigo em tantas missões. A eles fica o meu sincero respeito e consideração.

À toda a 24^a Turma do Curso de Formação de Oficiais que vivenciaram ao meu lado tantos momentos de lutas e de vitórias.

Ao meu orientador do TCC, Ten Cel Cutrim, pela sua disponibilidade e

paciência, bem como o compromisso em me direcionar, nos diferentes apontamentos e orientações no desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu instrutor Ten Cel Rômulo, pela sua paciência e grande colaboração para a conclusão deste trabalho.

Aos instrutores do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” e professores da Universidade Estadual do Maranhão por contribuírem com a minha formação através dos ensinamentos transmitidos.

A todos os oficiais e praças da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”, que de alguma forma ajudaram nesta formação.

A todos os Oficiais e praças dos batalhões nos quais eu estagiei ao longo desses anos, o conhecimento repassado através das experiências de cada um deles foi fundamental para minha formação.

“Quem sabe onde quer chegar, Escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar.”

Thiago de Mello

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os fatores que determinam a necessidade de incluir a natação no teste de aptidão física como requisito para o ingresso no Curso de Formação de soldados da Polícia Militar do Maranhão. Desenvolveu-se, então, uma abordagem qualitativa, utilizando-se como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, através do catálogo de livros e artigos, nacionais e internacionais, e fontes documentais compreendendo o período entre os anos de 1982 a 2021, tendo como local de pesquisa a instituição PMMA, sendo os soldados, os sujeitos da amostra, com vistas a mostrar, esclarecer e fundamentar conceitos, elementos, práticas e conjecturas do objeto de estudo. Esta revisão mostrou que já há corporações no Estado brasileiro que incluem a natação no Teste de aptidão física para o ingresso de candidatos a Polícia Militar, além de cursos realizados na área da segurança pública no estado maranhense que já exigem tal prova, tanto no ingresso, como no decorrer do curso de formação. O estudo corroborou para entender que a não inclusão da natação no CFSd da PMMA é um prejuízo para o desenvolvimento da profissão do militar que precisa de conhecimentos fundamentais sobre como atuar em ambiente aquático. Assim sendo, a leitura desta pesquisa é imprescindível para reconhecer a natação como uma atividade que serve para avaliar a aptidão física do futuro policial em relação ao seu preparo físico, além de contribuir para sua saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Natação; Curso de formação de soldados; Polícia Militar; Teste de Aptidão Física.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the factors that determine the need to include swimming in the physical aptitude test as a requirement for entering the Training Course for soldiers of the Military Police of Maranhão. A qualitative approach was then developed, using bibliographic research as a method of data collection, through the catalog of books and articles, national and international, and documentary sources covering the period between the years 1982 to 2021, having as research site the PMMA institution, with the soldiers, the subjects of the sample, with a view to showing, clarifying and substantiating concepts, elements, practices and conjectures of the object of study. This review showed that there are already corporations in the Brazilian state that include swimming in the physical aptitude test for the entry of candidates to the Military Police, in addition to courses carried out in the area of public security in the state of Maranhão that already require such proof, both at entry, as well as during the training course. The study corroborated to understand that the non-inclusion of swimming in the PMMA CFSd is a detriment to the development of the military profession that needs fundamental knowledge about how to act in an aquatic environment. Therefore, reading this research is essential to recognize swimming as an activity that serves to assess the physical fitness of future police officers in relation to their physical preparation, in addition to contributing to their health and quality of life.

Keywords: Swimming; CFSd; Military police; Physical Fitness Test .

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Avaliação de Controle
AFM	Avaliação Física Militar
APMGD	Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias
BG	Boletim Geral
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPTur	Batalhão de Turismo
CEBRASPE	Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CF	Constituição Federal
CFO	Centro de Formação de Oficiais
CFP	Curso de Formação de Praças
CFSd	Curso de Formação de Soldados
FT	Força Tática
COA	Curso de Operações Aéreas
CTA	Centro Tático Aéreo
EAF	Exame de Aptidão Física
ECF	Exame de capacidade Física
FTN	Força Tarefa Náutica
NPCE	Norma para o Planejamento e Conduta do Ensino
OPM	Organizações Policiais Militares
PM	Polícia Militar
PMAC	Polícia Militar do Acre
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PMAP	Polícia Militar do Amapá
PMDF	Polícia Militar do distrito Federal
PMMA	Polícia Militar do Estado do Maranhão
PMMT	Polícia Militar do Mato Grosso
PMPA	Polícia Militar do Pará
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
PMRO	Polícia Militar de Rondônia
PMTO	Polícia Militar de Tocantins
QOPM	Quadro de Oficiais Policiais Militares

QPPM	Quadro de Praças de Polícia Militar
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TAF	Teste de Aptidão Física
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ANÁLISE DA ETAPA DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) APLICADA NA SELEÇÃO DE POLICIAIS MILITARES.....	15
2.1	A constitucionalidade do teste de aptidão física como requisito à carreira militar.....	15
2.2	Qualidade de vida e saúde.....	17
2.3	Aptidão física e a atividade Policial Militar.....	19
2.4	Avaliação e medidas no condicionamento físico.....	22
2.5	Testes físicos exigidos pela Polícia Militar do Maranhão.....	24
2.6	Testes físicos aplicados por outras instituições policiais.....	28
2.6.1	Teste de aptidão física da Polícia Militar do Distrito Federal.....	29
2.6.2	Teste de aptidão física da Polícia Militar de Pernambuco.....	30
2.6.3	Teste de aptidão física da Polícia Militar de Tocantins.....	31
3	MARANHÃO E OS FATORES QUE JUSTIFICAM O EMPREGO DA NATAÇÃO.....	34
3.1	Hidrografia maranhense.....	33
3.2	Policiamento fluvial: noções gerais.....	36
3.3	Natação.....	44
4	METODOLOGIA.....	48
5	A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA NATAÇÃO NO TAF DE INGRESSO AO CFSd DA PMMA.....	51
5.1	Benefícios da natação na vida do Policial Militar.....	54
5.2	A natação no Curso de Formação de Oficiais – CFO.....	57
5.3	A natação no Curso de Operações Aéreas – COA.....	59
5.4	A natação no Curso de Força Tática – PMMA 2021.....	62
5.5	Teste de aptidão física do CFSd.....	63
6	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICE.....	77
	ANEXOS.....	79

1 INTRODUÇÃO

Dentro do Estado Democrático de Direito a Polícia Militar tem um papel fundamental na medida em que compõe uma das bases do Sistema de Segurança Pública Nacional. Nesse sentido, é imprescindível que os policiais militares estejam em perfeitas condições físicas e emocionais para prestarem serviços de qualidade à sociedade.

O presente trabalho tem como objetivo, o estudo sobre o ingresso de soldados na Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e a necessidade de incluir a natação no teste aptidão física. Há vários estudos que relacionam a aptidão física na carreira do policial militar, o qual, no desempenho de sua atividade laboral, precisa realizar uma série de ações como correr, pular, saltar, subir, nadar, o que exige um condicionamento físico para atender a estas e outras demandas.

A atividade do policial militar é estressante e exige muito do condicionamento físico do agente. Dessa forma, busca-se verificar através deste trabalho, até que ponto a inclusão da natação no teste físico de entrada no CFSd contribuirá para uma melhora nas ações policiais e, se tal teste trará benefícios conjuntos, ao PM em si, que estará em tese mais preparado fisicamente, bem como à sociedade que terá uma maior cobertura da atividade policial.

Em estudo realizado dentro da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ) ficou demonstrado que a natação é utilizada para o desenvolvimento dos atributos da área afetiva e para atividades operacionais, entre eles o Curso de Ações de Comando e Curso de Operações na Selva do Exército brasileiro. Onde o Militar precisa desenvolver habilidades no ambiente aquático, como a capacidade de flutuar com uniforme, estando equipado e com armamento, realizando nados em longas distâncias, trabalhando equipagem e desequipagem na água, para testar o nível de resistência física dos profissionais de segurança. O que evidencia a importância da modalidade de natação para o desempenho da atividade policial.

Cumprido destacar que no Maranhão o candidato a soldado ingressa na corporação, por meio do Curso de Formação de Soldados, todavia, diferentemente do Curso de Formação de Oficiais (CFO), no CFSd ainda não é cobrado a natação, como pode ser verificado da análise do edital do último concurso para soldados, qual

seja o edital nº 1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017¹. (MARANHÃO, 2017)

Diante disso, levanta-se a seguinte problemática: Quais os fatores que determinam a inclusão da prova de natação no teste de aptidão física para ingresso de soldados na Polícia Militar no Estado do Maranhão?

Para alcançar a resposta a esse problema, a presente pesquisa escolheu como objetivo geral: analisar os fatores que determinam a necessidade de incluir a natação no teste de aptidão física como requisito para o ingresso no curso de formação de soldados – PMMA.

Quanto aos objetivos específicos, visou-se avaliar os testes físicos exigidos para o ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMA; identificar os benefícios da natação na vida do policial militar; descrever as unidades e os cursos de formação realizados no Maranhão em que a natação é essencial para desempenho da atividade policial.

A fim de alcançar estes objetivos, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, isto é, na busca de fontes teóricas em artigos, revistas, monografias e dissertações já publicadas sobre o assunto, tendo com apoio a pesquisa exploratória e descritiva, com vistas a mostrar, esclarecer e fundamentar conceitos, elementos, práticas e conjecturas do objeto de estudo.

Justifica-se a elaboração desta pesquisa, em virtude da necessidade de mostrar a importância de se incluir a natação dentro do teste de aptidão física para o cargo de soldado da Polícia Militar do Maranhão. Tendo em vista que, o estado maranhense possui uma rica diversidade hidrográfica, tanto na capital como no interior, ou seja, é rico em águas, seja de Rios, Lagoas e Praias.

Isso demonstra que, a qualquer momento o policial militar pode vir a se deparar com uma ocorrência em ambiente aquático, em que seja necessário à sua atuação o mais rápido possível, haja vista que, à espera de uma equipe de bombeiros para a realização de um resgate ou salvamento aquático pode ocasionar a perda de uma vida e evidenciar o despreparo da instituição para atendimentos extraordinários.

A natação, embora esteja presente no TAF de ingresso a outras instituições do sistema de segurança pública, como a Polícia Federal, Polícia Civil,

¹ EDITAL Nº 1– PM/MA, de 29 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/pm_ma_17/arquivos/Ed_1_PM_MA%202017_SUBSTITUIDO.PF.

Corpo de Bombeiros entre outras, a sua presença no TAF das polícias militares ainda é bem tímida, em comparação a outros exercícios, como por exemplo, a corrida aeróbica, a qual é unanimidade nas corporações. Então o presente estudo objetiva demonstrar a relevância dessa modalidade para a atividade policial, principalmente, no estado do Maranhão, devido a suas características geográficas em comparação a outros estados. O presente trabalho, certamente contribuirá para futuras pesquisas em relação a importância da natação na atividade policial militar, no estado maranhense.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro é esta introdução que contém a contextualização do tema proposto, o problema de pesquisa, os objetivos, uma sucinta metodologia, a justificativa e a finalidade do trabalho.

O segundo capítulo traz uma análise da etapa de teste de aptidão física, aplicada na seleção de policiais militares, tratando sobre a constitucionalidade do TAF; qualidade de vida e saúde, aptidão física e a atividade policial militar, a avaliação e medidas no condicionamento físico. Apresentando uma breve síntese sobre os testes físicos da PMMA e de outras Corporações.

O terceiro capítulo trata a respeito do contexto maranhense e os fatores que justificam o emprego da natação, discorrendo sobre a hidrografia maranhense, noções gerais do policiamento fluvial e uma visão geral sobre a natação. O quarto capítulo diz respeito à metodologia da pesquisa, explicitando a ênfase qualitativa dela, mostrando a revisão de literatura como forma de desenvolvê-la de maneira a atingir os objetivos do estudo.

O capítulo cinco enfoca o problema científico da pesquisa: A necessidade de inclusão da natação no TAF de ingresso ao CFSd da Polícia Militar do Maranhão, apontando os seus benefícios e a sua presença já em alguns cursos na área de Segurança Pública no Estado, apresentando argumentos e conceitos que tornam a natação essencial dentro do TAF do CFSd. Por fim, o capítulo seis, as considerações finais em que se apresentam as sugestões, os resultados, as implicações e as recomendações para futuras pesquisas sobre o assunto em pauta.

2 ANÁLISE DA ETAPA DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) APLICADA NA SELEÇÃO DE POLICIAIS MILITARES

O objetivo deste capítulo é trazer um panorama geral acerca da imprescindibilidade de aplicação do teste de aptidão física como requisito de ingresso de candidatos ao cargo de Policial Militar do estado do Maranhão.

Diante disso, para melhor compreensão do tema serão abordadas questões acerca da previsão legal do TAF e a sua influência na qualidade de vida e saúde do Policial Militar. Também, será analisada a relação entre a aptidão física e a atividade policial; a avaliação e medidas no condicionamento físico e os tipos de testes exigidos dentro da Corporação, bem como eles são aplicados em outras polícias militares do País. Essa análise inicial permitirá a compreensão acerca da problemática abordada no presente trabalho monográfico, qual seja: a necessidade de inclusão da natação como um dos exercícios que deve ser exigido no TAF dos candidatos ao cargo de soldado da PMMA.

2.1 A constitucionalidade do teste de aptidão física como requisito à carreira militar

Sabe-se que, por determinação constitucional, cabe à Polícia Militar (PM) as funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. O art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 135) afirma que: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio cabendo à polícia militar o policiamento ostensivo geral”.

Desse modo, o termo preservação da ordem pública diz respeito ao papel precípua da Polícia Militar de ostensividade e prevenção à prática de futuras infrações penais (BRASIL, 1998, p. 87).

As atribuições da Polícia de cada Estado também são previstas nas suas respectivas cartas constitucionais. No caso do Maranhão, a Constituição do Estado do Maranhão, de 5 de outubro de 1989, estabelece as competências da Polícia Militar Estadual, conforme previsto nos artigos 112 e 114, a saber, *in verbis*:

Art. 112 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida com vistas à preservação da ordem pública e

incolumidade das pessoas e do patrimônio pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Militar;

[...]

Art. 114 - A Polícia Militar, organizada com base na hierarquia e disciplina, força auxiliar e reserva do Exército, será regida por lei especial, competindo-lhe o policiamento ostensivo, a segurança do trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e as relacionadas com a prevenção, preservação e restauração da ordem pública (MARANHÃO, 1999, p. 56).

Outro diploma legal que traz previsões normativas acerca das atribuições da PMMA é o seu próprio Estatuto, regulamentado por meio da Lei nº 6.513/1995, segundo a qual, outras atribuições inerentes à profissão do Policial Militar são:

Art. 3º - O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

Art. 4º - A carreira policial-militar é caracterizada por atividade contínua devotada às finalidades da Polícia Militar.

Art. 9º - Para a matrícula no estabelecimento de ensino militar destinados à formação de Oficiais, Sargentos e Soldados PM, QOPM e QOPM FEM, é necessário que o candidato satisfaça as seguintes condições:

I – Ser brasileiro;

[...]

VIII - ser aprovado em concurso público mediante os seguintes critérios:

[...]

b) para praças PM, o candidato deverá possuir certificado de conclusão de 2º Grau e ser aprovado inclusive nos exames: físico, médico e psicotécnico (MARANHÃO, 1995, p.543-544).

Diante das diretrizes que regulamentam as competências da Polícia Militar do Estado do Maranhão, infere-se que as atividades desenvolvidas pela Corporação são desafiadoras e complexas, o que eleva o nível de cobrança quanto à capacidade física e técnica de seus integrantes.

Exige-se dos policiais um preparo mais completo para diferentes tipos de ocorrências, que surgem naturalmente no desenvolver de seu labor. As condições nas quais as atividades policiais são desenvolvidas são as mais diversas, podendo ocorrer em ambientes que envolvam água, o que ocorre no salvamento de uma vítima de afogamento, situações de inundações, enchentes e acidentes que envolvam pessoas ou animais, perseguições a assaltantes que queiram se homiziar em matas próximas a rios e lagos ou empreender fuga utilizando o meio aquático, situações nas quais, muitas vezes, o policial militar é o primeiro a ser acionado.

Por certo, é em virtude da natureza de sua atividade-fim que, é exigido do policial militar, logo no ingresso na carreira a realização do teste de aptidão física para que se faça uma análise do seu condicionamento físico para o cargo ao qual

ele está se candidatando a ocupar dentro da Corporação.

Ocorre que, conforme defendido neste trabalho científico há um problema em não incluir no TAF de ingresso dos candidatos ao cargo de soldados da PMMA, o teste de natação. A problemática se justifica por que, uma vez que o policial atua em diligências que envolvem ambiente aquático, resta claro concluir que se exige deste policial militar conhecimentos técnicos e práticos, ainda que sejam básicos, em relação à natação, para que ele esteja preparado para atuar em ocorrências e situações que envolvam o resgate de uma vítima de afogamento, alagamento, enchentes e o combate a crimes perpetrados dentro do ambiente aquático.

Considerando que no interior do Maranhão, como será visto adiante, há o enfrentamento a ilícitos penais que acontecem não somente na área terrestre, como também em locais que envolvem a água, onde, torna-se de suma importância que o policial militar que integra a instituição PMMA possua o conhecimento necessário e noções sobre o nado, para que ele esteja apto e preparado a lidar com essas ocorrências.

2.2 Qualidade de vida e saúde

A qualidade de vida, conforme o entendimento de Gonçalves e Vilarta (2004, p.3) envolve a saúde, a educação, o transporte, a moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito e determinam como vive no mundo. Isso significa que, a qualidade de vida de um indivíduo está intimamente relacionada, positiva ou negativamente, de acordo com as condições de vida que ele tem em um determinado grupo social.

De acordo com os estudos de Pereira; Teixeira e Santos (2012) entende-se que, para se conceituar qualidade de vida seja uma tarefa bem árdua, em virtude de inúmeros autores a considerarem como sinônimo de saúde, enquanto outros afirmam que esta seria apenas um dos fatores a serem considerados.

O certo é que a saúde e a prevenção de doenças, como um dos elementos que influenciam a qualidade de vida, são assuntos que estão sob holofotes, principalmente, depois da Pandemia da Covid-19. Um vírus que tem causado sofrimento e luto a muitas famílias do mundo, o qual tem o poder de atuar de diversas formas no corpo humano, porém os estudos demonstram que em pessoas sedentárias e obesas, a sua atuação, torna-se ainda maior.

As constantes transformações promovidas pela inovação tecnológica também interferem na saúde do indivíduo. Tais mudanças afetaram substancialmente a forma como as pessoas desempenham suas atividades diárias: elas passam horas em frente a um aparelho de televisão, celulares, tabletes e de computadores nos seus locais de trabalho, por vezes, sentam-se de forma errada, sem adotarem uma postura correta. O que acarreta prejuízos a elas, as vezes, irreversíveis. Reforçando esse entendimento é que Mendes e Cunha (2013, p. 34) afirmam:

[...] a comodidade excessiva se apresenta como sendo uma forma de contribuir para o sedentarismo, ou a falta da movimentação física (lê-se atividade física), pois faz com que o usuário desta ferramenta tenha que apenas movimentar-se pouquíssimo para mudar de canal, o que antes era feito manualmente, tendo que se deslocar para o aparelho de TV.

Percebe-se que há um elo entre a qualidade de vida e saúde. E o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas inserem-se nesta relação, sendo fatores essenciais para uma melhoria na saúde física e mental das pessoas, pois possibilita a elas viverem de forma mais saudável e conseqüentemente a desenvolverem um estilo de vida de qualidade e bem-estar.

Todavia, observa-se nas últimas décadas, o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais sedentária, composta por crianças, adolescentes e jovens cada vez mais obesos e adultos e idosos com problemas cardiorrespiratórios e com problemas de pressão alta. Essa realidade é acarretada por diversos fatores, entre eles: a falta de uma alimentação saudável, aumento exacerbado do uso da tecnologia, o que diminuiu o contato pessoal entre os indivíduos em sociedade e principalmente a falta de atividade física diária.

A qualidade de vida sofre a influência direta da prática ou ausência da atividade física. Tal processo pode ser definido através da ação benéfica que ela exerce sobre os efeitos do estresse cotidiano e no melhor gerenciamento das tensões próprias do dia a dia, conforme afirma (SILVA, 1999).

Cabe ressaltar que o desinteresse pela prática de atividades físicas tem atingido todas as esferas da sociedade, inclusive as instituições militares. Segundo Brito (2020) isso acaba incidindo diretamente na atividade-fim dos policiais militares, já que eles precisam estar preparados para poderem manter os padrões que a profissão exige.

O trabalho do policial militar é considerado extremamente estressante, pois ele precisa enfrentar no seu dia a dia, independentemente de estar de serviço ou não, os perigos inerentes a sua profissão e a constante exposição à violência e a confrontos contra criminosos. Segundo Silveira (1998, p.12) a segurança da população exige que cada policial militar possua um alto grau de aptidão física. Logo, o policial militar necessita estar apto fisicamente e em condições para o desempenho da sua função que é o de garantir a segurança da sociedade.

A rotina estressante, longos períodos de horas trabalhadas, submetidos a condições extremas, noites mal dormidas, alimentações irregulares, além de vários hábitos do cotidiano, pouco saudáveis, praticados pela maioria dos policiais militares, reforçam os prováveis impactos desse jeito de viver, na qualidade de vida desses agentes da segurança pública. O certo é que a qualidade de vida deve ir além de uma boa saúde física ou mental, pois é necessário que as pessoas estejam de bem com elas mesmas, com seu estilo de vida, com as pessoas que as fazem feliz e em perfeita harmonia social. Conforme afirma Giuselini (1999) a qualidade de vida é ter uma vida ativa, vivendo saudável, tendo prazer e harmonia nas suas relações.

Ante isso, ao adentrar nas fileiras da Corporação, o futuro integrante, além de conhecimentos gerais do estudo regular, é submetido a exame de saúde física e mental, necessários ao recrutamento de jovens com o preparo necessário ao desempenho da futura profissão, que irá lhe exigir, como já falado, o desempenho das mais variadas habilidades.

Desta forma, a natação, além de ser uma importante ferramenta no desenvolvimento da qualidade de vida dos policiais militares, vez que ela proporciona aos sistemas respiratório e circulatório e ao corpo do PM, um condicionamento físico ideal, o que contribui positivamente para que a prática de atividades diárias laborais sejam desempenhadas com mais satisfação e dedicação, é uma habilidade necessária e essencial para o desempenho futuro da atividade policial militar, como será demonstrado.

2.3 Aptidão física e a atividade Policial Militar

O policial militar vivencia ao longo da sua carreira, diversas situações que servem para testar o nível do seu preparo físico, o qual é diferenciado em relação a

outras profissões. Há demandas, nas quais ele irá precisar conduzir, conter, imobilizar ou até mesmo perseguir um determinado indivíduo que acabara de cometer ou esteja na eminência da prática do crime. Dessa forma, é essencial que os policiais estejam bem condicionados fisicamente e mentalmente, para resolverem os problemas da melhor forma possível.

Para exercer o policiamento ostensivo de prevenção e repressão, atividade precípua da Polícia Militar, os policiais precisam lidar com os períodos longos de serviço, seja em policiamento motorizado em viaturas, em motocicletas, bicicletas, embarcações, ou mesmo em um serviço ostensivo a pé, durante eventos como Carnaval e São João, e outras festas populares no Estado do Maranhão.

Além disso, precisam suportar as cargas referentes aos equipamentos de proteção individual (EPI), essenciais para a execução do serviço. Sobre isso trata Silveira (1998) ao afirmar que, a segurança da população exige que cada policial militar possua um elevado padrão físico.

Para Weineck (2003, p. 19) a aptidão física significa, de uma forma geral, a capacidade e o estado de rendimento do ser humano, assim como a disposição atual para uma determinada área de atuação. O autor a relaciona com a capacidade que as pessoas têm para realizar atividades físicas, ou seja, cada indivíduo possui uma forma diferenciada no desenvolvimento da sua forma física, pois dependendo da atividade física que é exigida das pessoas em determinado esporte ou serviço, pode-se compreender o nível de aptidão física delas. E na atividade policial, essa capacidade física é verificada através dos testes de aptidão física, exigidos na entrada na Corporação e ao longo dos cursos de formação, como é o caso dos alunos do Curso de Formação de Soldados.

Pode-se afirmar que quando o indivíduo pratica exercícios físicos de forma regular, ele acaba aumentando o seu rendimento físico, estando isso associado a uma melhora na eficiência funcional do seu organismo (WEINECK 2003). Sendo essa eficiência do corpo, chamada de aptidão física, a qual é identificada como um dos indicadores mais significativos, para que as atividades diárias do profissional de segurança pública, sejam desempenhadas de forma mais eficaz.

Caspersen, Powell e Christensena (apud RODRIGUES-AÑEZ, 2003, p. 25) afirmam que:

O exercício e a atividade física eram tratados como sinônimos no passado, porém agora, a palavra exercício é utilizada para se referir a uma subcategoria da atividade física com características definidas de planejamento, estrutura e repetição com a finalidade de melhorar ou conseguir manter um ou mais integrantes da aptidão física.

Dessa maneira, pode-se entender o exercício como uma atividade física planejada e feita de forma repetitiva para o desenvolvimento do condicionamento físico.

Quando são analisados os editais de concursos percebe-se que é exigido o teste de aptidão física, o qual serve para classificar ou eliminar o candidato ao longo das etapas previstas, para o ingresso à corporação, Polícia Militar. Tais exercícios têm como finalidade avaliar se o candidato possui a capacidade física para fazer parte da instituição.

Na PMMA, no último concurso para o cargo de soldado, foram exigidos os seguintes requisitos básicos para investidura no cargo:

[...] ser aprovado no concurso público; ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos de políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal; estar em gozo dos direitos políticos; estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino; estar quite com as obrigações eleitorais; ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse e, idade máxima de 35 anos completos na data da inscrição, no caso dos candidatos aos cargos de nível superior, e idade máxima de 30 anos completos na data da inscrição, no caso dos candidatos ao cargo de nível médio; ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo; ter, no mínimo, 1,65 de altura, se, candidato do sexo masculino, e 1,60 de altura, se, candidata do sexo feminino [...] (MARANHÃO, 2017, p. 6).

O policial militar que possui uma boa aptidão física tem a facilidade em suportar e enfrentar o estresse proporcionado pela sua profissão advindo de uma sociedade cada vez mais violenta e insegura. Para Silveira (2017) a aptidão física é a habilidade do corpo de adaptar-se às demandas do esforço físico para atividade de níveis moderados ou vigorosos, sem levar a completa exaustão.

Portanto, é imprescindível que o policial militar esteja com o seu condicionamento físico em perfeitas condições, para poder desempenhar sua função com eficiência e qualidade. Logo, é essencial que os testes físicos exigidos no concurso de soldados sejam aprimorados, visando a preparação do policial para diferentes tipos de ocorrências. Justifica-se, assim, a inclusão da natação nesse

teste, tendo como finalidade melhorar o serviço prestado pela Corporação à sociedade maranhense.

2.4 Avaliação e medidas no condicionamento físico

Os métodos utilizados para avaliação física são capazes de fornecer dados em relação às condições de saúde dos profissionais de determinada área de trabalho, servindo como um instrumento de observação do progresso físico ou não, de alguns grupos de indivíduos, como é o caso dos policiais militares, os quais precisam ser submetidos a testes físicos, tanto no processo de ingresso na Corporação como ao longo da formação.

Quando se fala em teste de aptidão física para ingresso nos quadros da Polícia Militar, é preciso ater-se aos objetivos de tal avaliação. Sobre o tema, escrevem Marins e Giannichi (2003, p. 24), dentre os objetivos das medidas e avaliações em atividade física é um erro pensar a avaliação como um ato final, ela é o processo que pode servir para muitos objetivos.

A avaliação, segundo o entendimento de Freitas (2004, p. 23) é o valor real da informação, ou seja, consiste em uma declaração de qualidade, valor ou merecimento em relação ao que se está avaliando. Já a medida é basicamente o ato de mensurar, ou seja, obter informações alcançadas através dos testes (FREITAS 2004). Em suma, a avaliação classifica o indivíduo e indica se os testes estão ou não sendo atingidos, enquanto a medida contempla as informações quantitativas.

O teste de aptidão física tem um papel importante no processo seletivo de um concurso para a carreira policial, pois consiste em um método empregado para determinar comportamentos e de se obter resultados dos candidatos. Tendo como objetivo principal, a quantificação de índices mínimos de desempenho com relação à idade e sexo de cada indivíduo, buscando analisar o nível do condicionamento físico do futuro policial militar.

Assim, descrevem Marins e Giannichi (2003) que a avaliação serve para determinar o progresso do indivíduo, classificar os indivíduos, selecionar, motivar, manter padrões, entre outros objetivos. Assim, na perspectiva deste trabalho, o foco da avaliação é selecionar os indivíduos para ingresso nos quadros da Polícia Militar, para o cargo de soldados.

Desta forma, para que um programa de medidas e avaliação tenha

sucesso é preciso considerar os princípios dessas medidas e avaliações. Assim, dentre os princípios, destacam-se:

- a) Para se avaliar, efetivamente, todas as medidas devem ser conduzidas com os objetivos do programa em mente; b) deve-se lembrar a relação existente entre teste, medida e avaliação; c) devem ser conduzidos e supervisionados por pessoas treinadas; d) nenhum teste ou medida é perfeito; e) usar os testes que mais se aproximem da situação de atividade; f) usar os testes mais fidedignos (MARINS, GIANNICHI, 2003, p. 26).

Os testes e medidas são essenciais para uma avaliação física equilibrada, capaz de dimensionar variáveis proporcionais ao desempenho físico (FREITAS, 2004). Para Marins e Giannichi (2003, p. 30) a fase mais importante do programa de medidas e avaliação são os critérios para a seleção de testes, os quais servirão para medir o que se deseja alcançar, sendo importante observar alguns pontos, tais como:

- a) Validade: quão bem um teste mede o que se quer medir; b) Fidedignidade: grau de consistência dos resultados de um teste em diferentes testagens, utilizando-se sempre os mesmos sujeitos; c) Objetividade: grau de concordância dos resultados do teste entre os testadores (MARINS; GIANNICHI 2003, P. 30).

Para Freitas (2004) os programas individualizados para o condicionamento físico precisam ser elaborados de forma correta, visando proporcionar ao corpo humano uma sensação de saúde e bem-estar físico. Diante disso, torna-se necessário a realização de testes de aptidão física, os quais servirão para medir o nível máximo e mínimo da capacidade física de um determinado indivíduo para a execução da atividade laboral que, é o caso dos candidatos a soldados da PMMA.

A avaliação é o valor real da informação, ou seja, uma declaração de qualidade, de valor ou de merecimento sobre o que foi avaliado, classificando a pessoa que foi avaliada e verificando se os objetivos do teste estão, ou não, sendo alcançados (FREITAS, 2004). Sendo o TAF de ingresso a PMMA, a ferramenta para se fazer tal avaliação sobre o condicionamento do candidato ao cargo de soldado.

Os testes para a avaliação física, conforme o pensamento de Marins e Giannichi (2003) devem refletir as situações da atividade. No cenário da atividade policial, o PM depara-se com diferentes tipos de ocorrências, então se o objetivo principal de um teste de avaliação física é mensurar a realidade da atividade-fim de

determinado grupo, a aplicação do teste de natação ainda na fase de ingresso dos candidatos a soldados, torna-se cada vez mais necessário, dentro dos requisitos exigidos para ingressar na Corporação.

Portanto, se a profissão do policial militar, classifica-se como uma das mais exigentes quando o assunto é condicionamento físico em perfeitas condições de trabalho, é essencial que os testes avaliativos que mensuram o nível de capacidade e resistência física do futuro policial militar proporcionem uma melhora no serviço oferecido à sociedade maranhense.

Assim sendo, a natação surge como um complemento aos demais testes já aplicados na PMMA, tendo como finalidade aprimorar a capacidade física do policial militar em ambiente aquático, capacitando-o a enfrentar diferentes tipos de situações na sua atividade-fim.

2.5 Testes físicos exigidos pela Polícia Militar do Maranhão

O teste físico, segundo o entendimento de Souza e Junior (2020) permite o diagnóstico sobre as características motoras do candidato, permitindo a obtenção de informações relativas à sua saúde. Diante disso, o candidato que pretende ingressar na Polícia Militar do Maranhão precisa estar em condições de realizar os testes físicos que lhe permitirá exercer o trabalho exigido durante a atividade-fim da Polícia Militar.

O TAF para o ingresso ao CFSd da PMMA não se encontra descrito nas Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPCE) do (biênio 2017-2018) vigente na instituição, a qual foi prorrogada pela Portaria nº 036/2020 publicada no Boletim Geral (BG) nº 099 no dia 29 de maio de 2020. A NPCE tem como objetivo, estabelecer o plano de desenvolvimento e ensino na PMMA, visando desenvolver atividades relacionadas à formação, aperfeiçoamento, especialização, atualização profissional e adaptação de Oficiais e Praças que fazem parte da Corporação.

Os critérios exigidos no TAF para o ingresso no CFSd é coordenado pela banca examinadora do concurso, a qual é contratada pelo Governo do Estado para a realização do certame. O TAF exigido no último concurso, realizado no ano de 2017, encontrava-se entre as primeiras etapas, servindo como critério de eliminação do candidato que fosse considerado inapto, logo após a realização dos testes exigidos.

Esse concurso foi organizado sob a direção da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência do Estado do Maranhão e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), utilizando-se do sistema Cespe de avaliação, conforme dispôs o edital do concurso:

Para a realização do teste de aptidão física: os candidatos considerados aptos nos exames médicos e odontológicos serão convocados para o teste de aptidão física; os candidatos não convocados para o teste de aptidão física estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso; [...]. O candidato será considerado apto ou inapto no teste de aptidão física; O teste de aptidão física consistirá em submeter o candidato a quatro provas: a) flexão de braços no solo (sexos masculino e feminino); b) meio sugado (sexos masculino e feminino); c) abdominal remador (sexos masculino e feminino); d) corrida aeróbica (sexos masculino e feminino) [...] (MARANHÃO, 2017, p.24).

Como descrito, os testes consistiram em flexão de braço no solo, meio sugado, abdominal remador e corrida aeróbica. Tais testes são realizados em praticamente todas as Polícias Militares do Brasil. São testes que ajudam a medir o nível de resistência, a capacidade física, a habilidade psicomotora e a flexibilidade dos candidatos a policiais militares. Todos eles possuem suas particularidades, as quais serão trabalhadas a seguir.

- **Flexão de braços no solo**

A flexão de braço, de acordo com Gouvali e Boudolos (2005) é um exercício muito popular em programas de fortalecimento dos membros superiores. Ela pode ser utilizada para avaliar a resistência muscular, podendo ser modificada para produzir resultados semelhantes entre homens e mulheres, conforme o entendimento de (LAUGHLIN; BUSK, 2007).

Dessa maneira, apresenta-se como um exercício de suma importância para profissão dos policiais militares, pois há situações, nas quais eles se deparam com ocorrências em que se torna necessário a utilização de braços e ombros enrijecidos, ou seja, fortalecidos. Devendo eles, possuírem resistência contra o cansaço físico, para conter ou conduzir indivíduos que cometeram ou estejam na eminência de realizarem ações delituosas.

Em determinadas aglomerações de pessoas, por exemplo, durante o policiamento ostensivo de Carnaval e São João fica inviável a entrada da viatura de apoio no local onde foi iniciado uma possível situação de desordem social, sendo

necessário que as pessoas envolvidas no fato, sejam conduzidas pela guarnição até a viatura e em seguida desloquem até à delegacia, para prestarem os devidos esclarecimentos de suas ações. A flexão de braço no solo atua diretamente no desempenho do serviço policial.

- **Meio sugado**

Este exercício, assim como os demais, serve para avaliar o candidato ao cargo de soldado tanto na PMMA, como em outras instituições militares. Uma das suas finalidades é, analisar o nível de resistência e agilidade do candidato. Nele o candidato parte da posição em pé, como se estivesse na posição de sentido, logo depois é necessário que ele se coloque na posição de agachamento, devendo ter as suas mãos apoiadas no chão e ao mesmo tempo direcionar as suas pernas para trás, realizando a posição de apoio. Para finalizar esse exercício o candidato deve retornar à posição inicial, configurando uma execução.

Para a execução do meio sugado tanto para o sexo masculino quanto para feminino; [...] b) execução – primeira fase: após o silvo de apito, o candidato realizará flexão dos joelhos (estando os mesmos o mais próximo um do outro), até apoiar as mãos no solo por fora das pernas. Após esse movimento, o candidato deve estender os joelhos lançando-os para a parte de trás de seu corpo, até tocar as pontas dos pés simultaneamente no solo, adotando a posição de flexão de braço e mantendo os cotovelos estendidos e sem realizar hiperextensão do quadril (mantendo tronco e membros inferiores em um prolongamento); c) execução – segunda fase: voltar a flexionar os joelhos com estes muito próximos entre si, apoiando-se com as mãos no solo. Após esse movimento, o candidato deve retornar à posição inicial, quando completará uma repetição [...] (MARANHÃO, 2017, p.26).

A sua execução tem como um dos objetivos, medir o nível de flexibilidade e coordenação motora dos candidatos a soldado. Segundo o entendimento de Nahas (2010) as pessoas que apresentam boa flexibilidade movimentam-se com mais facilidade e sofrem menos problemas relacionados a dores e lesões musculares nas articulações, principalmente na região da lombar. Isso significa afirmar, que indivíduos que possuem performance satisfatória de flexibilidade, apresentam um índice baixo de lesões, quando expostos a trabalhos intensos.

Logo, observa-se a relevância desse teste dentro das exigências para o ingresso à Corporação Militar. Tendo em vista que, ele proporciona ao PM uma maior flexibilidade e agilidade diante de prováveis situações que ele enfrenta, como no caso dos policiais que trabalham na modalidade de policiamento de motocicletas,

onde, por vezes, precisam perseguir criminosos em ambientes de difícil acesso e deslocamento, sendo necessário agilidade e rapidez durante as perseguições.

- **Abdominal remador**

O teste de abdominal remador tem como finalidade a avaliação da capacidade física que, envolve força, resistência muscular e a velocidade do candidato. De acordo com Guedes (2006) a finalidade do teste consiste em poder avaliar o componente motor relacionado à força e a capacidade de resistência dos músculos da área abdominal da pessoa, na realização de movimentos de flexão e extensão do quadril.

A metodologia para a preparação e a execução desse teste adotada na PMMA, obedece aos seguintes critérios:

Execução: após o silvo de apito, o candidato começará a primeira fase do teste, realizando um movimento simultâneo, onde os joelhos deverão ser flexionados, as plantas dos pés deverão tocar o solo, o quadril deverá ser flexionado (posição sentado) e os cotovelos deverão alcançar ou ultrapassar os joelhos pelo lado de fora do corpo. Em seguida e sem interrupção, o candidato deverá voltar à posição inicial realizando a ação inversa[...] (MARANHÃO, 2017, p.27).

Portanto, o abdominal remador objetiva verificar, mesmo que de forma indireta, a resistência da musculatura abdominal dos seus praticantes. Dessa forma, observa-se que a sua exigência, durante a fase de testes físicos, possui a sua importância tanto para o candidato como para a corporação. Haja vista que, a sua prática contribui de forma positiva para o desempenho da atividade policial militar.

- **Corrida aeróbica de 12 minutos**

Dentre os testes físicos a que mais se identifica em comum entre as Corporações Militares, destaca-se, sem dúvidas, o teste de corrida, o qual pode se diferenciar apenas, na questão da distância e no tempo exigido por cada Estado. A realização desse teste visa avaliar a capacidade física relacionada a resistência do candidato no momento da realização da corrida aeróbica. A distância determinada pela banca examinadora responsável pelo TAF de ingresso para o CFSd, para cada sexo, teve como tempo máximo estipulado para a conclusão da prova, a contagem de 12 minutos.

A metodologia para a preparação e execução desse teste adotada no edital do concurso para o cargo de soldados da PMMA no ano de 2017, obedeceu aos seguintes requisitos:

a) o candidato poderá, durante os 12 minutos, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir; b) os comandos para iniciar e terminar o teste serão dados por um silvo de apito; c) a distância percorrida pelo candidato, a ser considerada oficialmente, será somente a realizada pela banca examinadora; [...] 10.10.5.6. Será eliminado do concurso o candidato que não percorrer a distância mínima estabelecida abaixo: a) o candidato do sexo masculino que não percorrer a distância de 2.100 metros em 12 minutos; b) a candidata do sexo feminino que não percorrer a distância de 1.700 metros em 12 minutos (MARANHÃO, 2017, p.29).

A corrida, por ser uma atividade aeróbica, trabalha o condicionamento cardiorrespiratório dos seus praticantes. E isso a torna essencial na vida do policial militar, sendo a sua prática, a que mais se trabalha ao longo do Curso de Formação de Soldados. Para Weineck (2003) as pessoas que treinam atividades aeróbicas são, em sua grande maioria, mais equilibradas e em consequência disso sofrem pouca influência de fatores externos perturbadores.

Segundo o entendimento desse autor, os exercícios de resistência proporcionam a redução dos níveis de estado depressivo, trabalham a regulação do sono, aumentando a capacidade psíquica, de recuperação além de elevar o poder de concentração dos seus praticantes. Dito isto, percebe-se que a aplicação do teste de corrida para o ingresso à Corporação é essencial, pois os seus benefícios melhoram, consideravelmente, o desempenho das ações policiais no enfrentamento à criminalidade.

Diante de tudo que fora exposto em relação a esses exercícios aplicados para o ingresso ao cargo de policial militar, identificou-se que todos eles são essenciais para o trabalho policial militar. Todavia, o serviço do PM vai além do ambiente terrestre. Dessa forma, buscando tornar o policial militar ainda mais técnico e preparado fisicamente para atender as demandas sociais, este trabalho tem como objetivo principal, mostrar à PMMA e aos seus gestores, a necessidade de se incluir a natação no teste de aptidão física para soldados.

2.6 Testes físicos aplicados por outras instituições policiais

Verificando como as demais polícias militares realizam seus testes de Avaliação Física Militar (AFM) é possível corroborar com a defesa da necessidade

da inclusão da natação como um dos testes a ser exigido no TAF de ingresso ao CFSd da PMMA. Assim, destacamos algumas corporações coirmãs, onde é exigido o teste de natação no exame físico de ingresso àquelas corporações.

2.6.1 Teste de aptidão física da Polícia Militar do Distrito Federal

Tendo como objetivo avaliar a capacidade mínima do candidato para suportar física e mentalmente as cobranças da prática de atividades físicas e as demais exigências inerentes à atividade policial militar, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) exigiu no último concurso realizado no ano de 2018, para o cargo de soldado os seguintes testes físicos:

DOS TESTES DE APTIDÃO FÍSICA: [...]; 11.2 A etapa de testes de aptidão física é de caráter exclusivamente eliminatório, sendo o candidato considerado "apto" ou "inapto". 11.2.1 Será considerado "apto" o candidato que atingir o desempenho mínimo em todos os exercícios. [...]; 11.3 A etapa de testes de aptidão física consistirá em teste em barra fixa, teste de flexão abdominal (tipo remador), teste de corrida de 12 (doze) minutos e teste de natação (50 metros) [...]. (BRASIL, 2018, p. 11)

Destaca-se que o TAF de ingresso ao cargo de soldado na PMDF diferencia-se em comparação ao da PMMA em apenas dois testes, já que na PMDF há a exigência do teste de barra fixa tanto para homens como para mulheres, enquanto no Maranhão exige-se a flexão de braço no solo para ambos os sexos, diferenciando-se apenas na execução. Outro teste físico exigido na PMDF que a diferencia da PMMA e que contribui para a sustentação deste trabalho acadêmico, é a inclusão da natação dentro dos exercícios exigidos para o cargo de Soldado.

O teste de natação exigido na etapa de avaliação dos candidatos para fazerem parte da PMDF obedece aos seguintes requisitos:

O teste de natação consistirá de: a) ao comando "em posição", o candidato deverá posicionar-se em pé, fora da piscina; b) ao comando da banca examinadora, emitido por sinal sonoro, o candidato deverá saltar na piscina e nadar 50 m (cinquenta metros), em nado estilo livre; no caso de piscina de extensão de 25 m (vinte e cinco metros), na virada, será permitido ao candidato tocar a borda e impulsionar-se na parede (borda). A chegada dar-se-á quando o candidato tocar, com qualquer parte do corpo, a borda de chegada [...]. (BRASIL, 2018, p. 14)

A implementação da natação no processo avaliativo, para medir o condicionamento físico dos futuros policiais militares, além de incentivar o

treinamento dos candidatos ao Curso de Formação de Soldados da PMDF, promove uma melhora considerável na qualificação e na qualidade de vida dos profissionais que incorporam na instituição policial. A PMDF entende que os conhecimentos relacionados à natação se apresentam como uma ferramenta primordial para as atribuições do serviço do policial militar.

2.6.2 Teste de aptidão física da Polícia Militar de Pernambuco

A realização do certame oferecido pela Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) no ano de 2018 tinha como objetivo o preenchimento de 500 (quinhentas) vagas para o cargo de Praça, no posto inicial de Soldado. O TAF conforme previsto no edital tem como papel, considerar a capacidade mínima suficiente para superar, física e organicamente, as exigências fundamentais para a preparação e capacitação do policial militar (PERNAMBUCO, 2018).

Para fazer parte da PMPE é fundamental que o candidato detenha uma boa saúde física, para assim poder desempenhar com afinco à sua função na carreira a qual pretende seguir na Polícia Militar, tendo como objetivo, oferecer um serviço de qualidade à sociedade e a Corporação. Na tabela abaixo, são discriminados os exercícios exigidos pela PMPE no seu último concurso para o preenchimento de vagas para soldados.

Tabela 1 – Testes em ordem de execução

TESTES EM ORDEM DE EXECUÇÃO	ÍNDICES	
	MASCULINO	FEMININO
NATAÇÃO 50 METROS	máximo de 01 minuto e 00 segundos	máximo de 01 minuto e 10 segundos
FLEXÃO NA BARRA FIXA	mínimo de 05 repetições	mínimo por 25 segundos em flexão (isometria)
SALTO EM DISTANCIA	mínimo de 03 metros e 60 centímetros em até 03 tentativas	mínimo de 02 metros e 80 centímetros em até 03 tentativas
ABDOMINAL	mínimo de 40 repetições em no máximo 60 segundos	mínimo de 36 repetições em no máximo 60 segundos
CORRIDA DE 2.400 METROS	máximo de 11 minutos e 30 segundos	máximo de 13 minutos e 30 segundos

Fonte: Pernambuco (2018)

Dentre os exercícios presentes na tabela acima, destaca-se, a presença da natação, como um dos requisitos exigidos para os candidatos a soldados de Pernambuco. É importante salientar que esse Estado, bem como o Maranhão estão

localizados na Região Nordeste. Porém, o que os diferencia é que a PMPE já compreendeu a real importância de se exigir a natação ainda no processo avaliativo de entrada para o cargo de soldados, o que ainda não se observa dentro da PMMA para o mesmo cargo.

Importante destacar que, o policial que tem conhecimentos e noções básicas referentes à natação é um profissional beneficiado tanto no aspecto físico como na qualidade de vida. Já, que, segundo o entendimento de Cooper (1982) a natação é uma atividade aeróbica eficaz, pois proporciona o movimento de todos os principais músculos do corpo humano. Essa atividade física, caso seja incluída ao TAF de ingresso ao CFSd, trará sem dúvidas, benefícios a toda a Corporação, a médio e a longo prazo.

2.6.3 Teste de aptidão física da Polícia Militar de Tocantins

Outra Corporação que visualizou a importância da prática de natação para os seus policiais, foi a Polícia Militar de Tocantins (PMTO), a qual exigiu no seu último concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) os seguintes testes físicos: flexibilidade; flexão de braços no solo; natação de 50 metros - estilo livre; teste dinâmico em barra fixa (masculino) e estático em barra fixa (feminino); abdominal; corrida de 12 minutos (ESTADO DE TOCANTINS, 2020).

O Exame de Capacidade Física (ECF) de acordo com o edital nº 1 - PMTO de 23 de dezembro de 2020:

é de caráter eliminatório e, tem como finalidade medir a resistência física e orgânica do candidato em suportar as exigências, as quais ele será submetido ao longo do Curso de Formação, capacitando-o a desempenhar com eficiência as atividades inerentes ao cargo de soldado da PMTO (ESTADO DE TOCANTINS, 2020).

A exigência da natação dentre os testes relacionados, para a investidura ao cargo de soldado, é realizada em uma distância de 50 metros em estilo livre. Conforme o edital Nº 1 - PMTO de 23 de dezembro de 2020, a metodologia adotada para a preparação e execução do teste de natação consiste:

a) ao comando “em posição”, o candidato deverá posicionar-se em pé, na borda da piscina, pronto para iniciar o teste; b) ao comando da banca examinadora, emitido por sinal sonoro, o candidato deverá saltar na piscina

e nadar 50 metros em nado livre, qualquer estilo; c) se for o caso, será permitido ao candidato tocar a borda e impulsionar-se na parede para a virada; d) a chegada será considerada quando o candidato tocar, com qualquer parte do corpo, a borda de chegada. e) os candidatos do sexo feminino e masculino deverão percorrer a distância mínima de 50 metros no tempo máximo previsto neste edital.(ESTADO DE TOCANTINS, 2020, p. 30)

A inclusão da natação, nos testes físicos para o ingresso dos candidatos a soldado, embora seja algo recente nas instituições militares do Brasil, já se observa a sua disseminação pelos estados brasileiros. Identifica-se a presença dessa modalidade nos testes físicos para ingresso ao cargo de soldado também em outras corporações, por exemplo, na Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT), Polícia Militar do Acre (PMAC) e na Polícia Militar do Amapá (PMAP).

Importante ressaltar que, ao se exigir a prova de natação entre os testes de aptidão física, essas corporações também estão investindo na prevenção de afogamentos, uma realidade que afeta todos os estados da federação. De acordo com a Sobrasa(2021) devido ao crescimento do número de pessoas que se utilizam do meio líquido, seja para o banho, a natação, esportes aquáticos, o transporte fluvial, ou trabalho; em praias, piscinas, rios e lagos, tornou-se fundamental agir em prol da prevenção desta tragédia que é o afogamento.

Os números dessa organização apontam que alguns estados avançaram no combate ao afogamento. Por exemplo, o Distrito Federal juntamente com o estado de Pernambuco diminuíram o seu índice de afogamentos, em comparação com o estado do Maranhão e do Pará. Entre os anos de 2008 a 2019, no DF houve uma redução de (58%) e em PE de (51%), em relação (% de óbitos/100.000hab.), enquanto no Maranhão houve um aumento de (21%) e no Pará (20%), no número de afogamentos (SOBRASA, 2021).

Este é um dado preocupante e que reforça ainda mais a necessidade de se investir em uma melhor capacitação dos agentes de segurança do Estado do Maranhão, os quais estão na atividade laboral diariamente para garantir a segurança e o bem-estar da sociedade, como é o caso dos soldados da PMMA.

Diante disso, pode-se notar que a exigência do teste de natação nas polícias militares do Brasil, apresenta-se como uma ferramenta fundamental na preparação e formação do PM. Portanto, é essencial que a PMMA, enquanto instituição pública ofereça à sociedade maranhense, profissionais ainda mais

completos, tanto no aspecto físico, como no intelectual, os quais estejam habituados e preparados para qualquer tipo de cenário, seja ele terrestre ou aquático.

3 MARANHÃO E OS FATORES QUE JUSTIFICAM O EMPREGO DA NATAÇÃO

O rol de atividades desenvolvidas pelos batalhões da Polícia Militar de uma forma ampla é bastante extenso e inclui missões no ar, mar e terra. De forma mais específica, aos policiais militares do Maranhão vê-se como uma aptidão essencial, o conhecimento em relação à natação, mesmo que de forma básica, para executarem seu trabalho em um Estado que é cercado de rios, lagos e pelo mar.

Deste modo, este capítulo busca justificar os motivos pelos quais a natação é um componente que torna a Corporação mais eficiente no desenvolvimento de suas atribuições. Para isso, primeiro apresentar-se-á a formação hidrográfica do Maranhão, para então contar a história do policiamento fluvial utilizando exemplos da implementação dessa modalidade em vários batalhões da PM pelo Brasil. Por fim, falar-se-á sobre a natação e seus estilos de nado que mais se identificam com a atividade policial militar.

3.1 Hidrografia maranhense

O Brasil possui um largo território continental, dispondo de uma faixa de fronteira terrestre com aproximadamente 16.000 km. Nesse sentido, dadas as atribuições da Polícia Militar, há que se fazer um esforço para que se faça uma cobertura de toda a região. Além disso, a hidrografia brasileira é bastante extensa cobrindo boa parte do país, já que se trata de doze grandes bacias hidrográficas distribuídas pelo Brasil.

Nesse cenário, o Maranhão dispõe de 640 quilômetros de costa, compreendidos entre a foz do Rio Gurupi, na divisa com o Pará, e a desembocadura do Rio Parnaíba, no limite com o Piauí.

Observa-se que Nascimento (2001, p. 30-31) faz uma classificação das três áreas distintas que compõem o litoral maranhense:

1. Litoral Ocidental: compreendido entre a foz do Rio Gurupi e o golfo Maranhense. Litoral de rios (litoral com reentrância e mar raso), bastante recortado, formando um conjunto constituído por baixadas com manguezais, entremeadas, em alguns trechos, de apicuns (áreas íngremes), abundantes canais, lagos, cordões litorâneos, costas altas (falésias), pontas e inúmeras ilhas.

2. Litoral Oriental: vai do Golfão Maranhense até a foz do rio Parnaíba, onde predominam os areiões, as dunas, as restingas, os lagos e as amplas desembocaduras (local onde o rio termina).
3. Centro do Litoral: aqui situam-se o Golfão Maranhense, no qual se localiza a ilha de São Luís, e a Baixada Maranhense. O relevo litorâneo é marcado por mangues e baixadas alagáveis das desembocaduras dos rios Mearim, Itapecuru e Munim. As marés penetram nesses estuários por muitos quilômetros.

Já em relação aos rios maranhenses, estes pertencem à Bacia Litorânea do Nordeste e à Bacia do Tocantins-Araguaia. Os rios que pertencem às bacias litorâneas possuem duas características principais: deságuam no oceano Atlântico e são rios “independentes”, isto é, possuem cursos praticamente paralelos uns aos outros, geralmente com poucos afluentes.

No Maranhão, esses rios correm no sentido sul-norte. Nascem nos chapadões do Sul e seguem em direção às baixadas do Norte, rumo ao oceano Atlântico. Desembocam, em sua maioria, no golfão Maranhense.

A região sudoeste do estado é banhada por rios que pertencem à bacia Tocantins-Araguaia, a maior bacia totalmente brasileira.

Existem nove bacias hidrográficas no Maranhão: a do Gurupi; do Turiaçu; do Pericumã; do Mearim; do Itapecuru; do Parnaíba; do Tocantins; do Munim e pequenas bacias do Norte (NASCIMENTO, 2001).

Os principais rios maranhenses são:

- a) Parnaíba: este rio nasce na chapada das Mangabeiras e deságua no oceano Atlântico, com foz em forma de delta. Em toda a sua extensão, é o limite entre o Maranhão e o Piauí. Sua bacia cobre uma área de aproximadamente 70 mil quilômetros quadrados no Maranhão. Seu principal afluente maranhense é o rio das Balsas;
- b) Tocantins: O rio Tocantins nasce em Goiás, segue em direção ao norte e deságua no oceano Atlântico, junto à foz do rio Amazonas, depois de percorrer mais de 1700 quilômetros. Em parte de seu trajeto, é o limite natural entre o Maranhão e o estado de Tocantins. Seus principais afluentes em solo são o rio Manuel Alves Grande, que também é limite entre o Maranhão e o Tocantins em parte de seu percurso, e o rio Farinha;

- c) Mearim: nasce próximo à serra Negra e desemboca no golfo Maranhense, na baía de São Marcos, onde ocorre o fenômeno da pororoca. Seu curso é misto – possui alguns trechos encachoeirados e outros navegáveis. Banha as cidades de Barra do Corda, Pedreiras, Bacabal, Arari e Vitória do Mearim, entre outras. Possui como afluentes alguns grandes rios maranhenses, como o Grajaú e o Pindaré, além do Flores e do Corda;
- d) Itapecuru: Nasce na serra do Itapecuru e deságua no golfo Maranhense, na baía de São José. Em alguns trechos é navegável. Atravessa as cidades de Itapecuru, Codó e Caxias, entre outras, e abastece a capital do estado, São Luís, pelo sistema ITALUÍS. Seus afluentes são: Itapecuruzinho, Gameleira, Balseiros, Corrente, Alpercatas, Peritoró e Codozinho. É o maior rio do estado em extensão;
- e) Munim: Este rio nasce nos tabuleiros da região de Chapadinha e desemboca no golfo Maranhense, na baía de São José. Alguns de seus afluentes são o rio Preto e o Iguará.

Além dos rios mencionados, é importante citar o Rio Preguiças, que se localiza a leste do estado, cuja foz se constitui em área de proteção ambiental.

Na ilha de São Luís, destacam-se os rios Bacanga e Anil, entre outros.

Além dos rios, existem no Estado do Maranhão lagos, lagoas e igarapés, onde é comum a atividade de pesca. Alguns lagos são: Açú, Juçara, Cigarra, Viana e Penalva.

Nota-se, portanto, que o Estado do Maranhão dispõe de uma hidrografia diversa e é banhado por rios e lagos por todos os lados. Além do fato, é claro, de São Luís, a capital do estado, ser uma das três capitais do Brasil que é uma ilha.

Pensando em todo o exposto, depreende-se que o contato da população com essas regiões é quase inevitável, motivo pelo qual há que se fazer a proteção destas, inclusive nessas áreas (NASCIMENTO, 2001).

O ponto de partida da história do Maranhão é a chegada dos colonizadores europeus que na época tinham duas rotas de acesso: poderiam entrar pelo litoral ou pelos sertões de pastos bons.

A história do Maranhão, portanto, guarda estreita ligação com seu litoral, que devido à complexidade de sua hidrografia, tornava dificultosa a chegada dos colonizadores. Assim, quem melhor sabia “caminhar” sob as águas maranhenses,

conquistava a terra.

De acordo com Cabral (1992, p.92 apud RODRIGUES et al., 2017, p. 98), “No final da época colonial, o Maranhão dispunha de 13 municípios, dos quais os mais importantes eram São Luís, Alcântara e Caxias”, dois deles, portanto, situados no litoral.

Diante de toda a riqueza citada sobre o litoral maranhense, percebe-se que o Maranhão, por ser uma região que abriga características da região amazônica e do Nordeste do Brasil, acaba se destacando em vários cenários de desenvolvimento, o que claramente exige uma preocupação maior do governo em diversas vertentes, inclusive de segurança pública.

Nesse sentido, a atuação da Polícia Militar em ambiente aquático ocorre principalmente em operações especiais, como em situações de perseguições a criminosos que utilizam as embarcações para poderem se evadir de forma mais rápida do radar policial, além das operações de meio ambiente, em virtude do tráfico de animais, pesca ilegal, venda de madeira ilegal dentre outras situações que ocorrem nas regiões do interior do Estado Maranhense.

Ocorre que, sabendo que a Polícia Militar, por disposição do art. 144 da Constituição Federal é responsável pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública, acaba surgindo a dúvida se esses tipos de atividades não seriam usurpação da Marinha do Brasil ou Corpo de Bombeiros.

Assim, levando em consideração a prevenção e repressão dos ilícitos penais e infrações definidos em lei, e que estes podem ocorrer em ambientes aquáticos, certas atividades continuam sendo de responsabilidade da Polícia Militar. A essa modalidade conhecida dentro da Polícia Militar como policiamento fluvial, será guardado o tópico seguinte para as devidas discussões.

3.2 Policiamento fluvial: noções gerais

Objetiva-se neste subcapítulo compreender o policiamento fluvial como modalidade de policiamento existente dentro da estrutura organizacional da Polícia Militar do Maranhão. Na oportunidade, busca-se entender como atua esta unidade de policiamento, demonstrando que o conhecimento e prática da natação deve ser um requisito para desempenho adequado dos policiais militares ao exercerem suas

funções em âmbito aquático.

Conforme explicado por Galeno² (2020) o controle e fiscalização marítimo-fluvial é competência da Marinha do Brasil e da Polícia Federal, os quais atuam com o fim de salvaguardar a vida das pessoas, a segurança da navegação em mar e hidrovias, bem como prevenir crimes cometidos em ambiente aquático. De acordo com a Lei complementar nº 97/99, a Marinha é a autoridade marítima, fluvial e lacustre do Brasil, sendo verdadeira guardiã de mares e rios, fiscalizando e vistoriando por meio de patrulhas fluviais, objetivando a garantia da segurança aquaviária (GALENO, 2020, p. 2-30).

Porém não é só a Marinha que atua para a segurança de mares e rios, explica o autor citado acima. Ele esclarece que o exército também faz uso de patrulhas fluviais quando realiza missões de defesa nacional. A polícia federal também atua no policiamento fluvial, marítimo e lacustre, nos termos de sua competência fixada na Emenda Constitucional nº 19/1998.

No que diz respeito à atuação da Polícia Militar no policiamento fluvial, Galeno (2020) traz importantes considerações em seu trabalho. Explica que, como a Polícia Militar possui diversas atribuições, o policiamento ostensivo realizado por essa polícia é organizado conforme as necessidades de cada estado. Ou seja, para preservação da ordem pública, a PM pode fazer uso de instrumentos, equipamentos e materiais necessários para prevenir, reprimir e resguardar a segurança pública a depender das necessidades de cada local.

Gomes (2021) assevera que o policiamento fluvial realizado pela PM muda conforme o estado da federação, podendo ter papel seja como órgão responsável pela preservação ambiental ou combate de crimes que ocorram em áreas fluviais.

Neste sentido, considerando que às polícias militares incumbe a competência de preservação da ordem pública e da incolumidade do patrimônio e das pessoas, conforme preceitua a Constituição Federal (art. 144), a fiscalização da malha fluvial também atende a esse objetivo, uma vez que desempenha importante papel na manutenção da ordem pública de populações que vivem em comunidades

² Monografia de Fabiano Viana Assis Galeno, apresentada em 2020, a qual propôs a implantação de um policiamento naval em Barreirinhas, na região dos lençóis maranhenses, diante da importância da segurança pública para o setor turístico, possibilitando que a sociedade esteja mais protegida, seja na terra, seja na água.

ribeirinhas.

Antes de tratar especificamente acerca do Policiamento Fluvial, faz-se necessário entender como se estrutura a Polícia Militar do Maranhão (PMMA), a fim de demonstrar que o policiamento fluvial já compõe essa estrutura e é uma das atividades da PMMA, o que justifica mais uma vez o conhecimento da natação e o uso da natação para as atividades desempenhadas por esta Instituição Militar.

De acordo com a Lei ordinária estadual nº 4.570/1984³, que trata da Organização Básica da Polícia Militar do Maranhão, os órgãos de execução da PMMA são constituídos de Comandos de Policiamento (art. 27) e Unidades de Policiamento, sendo estas últimas Organizações Policiais Militares (OPM) que executam as atividades-fim da Corporação. O art. 33 da mesma lei traz um rol da divisão destas Unidades, dentre as quais se destacam: Batalhões, Companhias, Pelotões ou Grupos de Polícia Florestal (BP Flo, Cia P Flo, Pel P Flo ou Gp P Flo): Unidades que tem a seu cargo as missões de policiamento florestais e de mananciais (inciso V) e Batalhões, Companhias, Pelotões ou Grupos de Polícia Fluvial (BP Flu, Cia P Flu, Pel P Flu ou Gp P Flu): Unidades que tem a seu cargo as missões de policiamento ao longo dos cursos d'água (inciso VI).

De pronto vê-se que o policiamento fluvial já consta da própria estrutura da PMMA, uma vez que o dispositivo legal se refere ao “policiamento de mananciais” e policiamento ao longo de “cursos d'água” o que, claramente, está abrangido pela polícia fluvial, que atua neste âmbito, principalmente. Ocorre que, conforme explicado por Santos (2021), esse tipo de policiamento é pouco explorado no Estado do Maranhão.

Esse é um ponto importante e justifica ainda mais a necessidade de o policial militar estar preparado fisicamente com atividades relativa à natação; o que se espera de um PM que trabalha no âmbito fluvial. Além disso, só por meio do policiamento fluvial se pode combater crimes que ocorrem em áreas as quais não se pode chegar por terra (SANTOS, 2021).

O policiamento ostensivo fluvial foi inserido na rotina dos policiais militares estaduais como resposta à sociedade, pois o Estado precisa responder de forma a coibir a criminalidade, ainda que ela ocorra no âmbito aquático (GALENO, 2020).

Mas, no que consiste o Policiamento Fluvial? Uma publicação da Polícia

³ A Lei ordinária poderá ser acessada por meio do seguinte link: https://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=2555.

Militar do Pará traz o conceito desta modalidade de policiamento:

Policimento Fluvial: tipo específico de policiamento ostensivo cuja finalidade precípua é atuar na fiscalização da Malha Fluvial do Estado e nas comunidades ribeirinhas, no combate contra o crime e à violência, por meio de ações proativas, preventivas e repressivas de modo a proporcionar tanto a segurança nos transportes como evitando os abusos de superlotação, velocidade e violências, bem como na preservação do meio ambiente (SILVA et al., 2014, p. 26).

Pela definição acima é notório que a atuação do policiamento fluvial é extensa, considerando que na malha fluvial de um estado como o maranhense e nas comunidades ribeirinhas podem ocorrer diversas situações que exigem atuação do policiamento militar fluvial. Um exemplo de ocorrência fluvial é a pesca predatória em período que os pescadores estão legalmente impedidos de pescarem porque os peixes estão na época da desova. A atuação do policial militar é literalmente dentro do rio, como pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 1 – Operação realizada em Pindaré Mirim e Monção apreendeu redes de pesca e armadilhas — Foto: Divulgação/Polícia Militar



Fonte: G1 Maranhão⁴.

Para Santos (2021) o policiamento fluvial tem como fim principal a realização do patrulhamento ostensivo em malha fluvial, por meio de embarcações

⁴A foto pode ser acessada diretamente do site de onde foi retirada: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/01/09/policia-militar-deflagra-operacao-de-combate-a-pesca-predatoria-no-ma.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2021.

Outra notícia sobre policiamento no rio também envolvendo pesca predatória: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/11/pm-combate-pesca-predatoria-durante-piracema-no-vale-do-pindare.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2021.

motorizadas. A atuação policial se dá por meio de abordagens a embarcações, prevenção de delitos, o que aumenta a sensação de segurança por parte da população ribeirinha bem como garante a preservação da ordem pública, já que ambiente aquático não é “terra sem lei”.

Já Gomes (2021) define o policiamento fluvial como modalidade específica que tem como atividade-fim o exercício do policiamento ostensivo geral em áreas fluviais, a fim de prevenir ações delituosas e reprimir eventuais crimes cometidos em áreas ribeirinhas.

Conforme visto no tópico anterior, o Maranhão possui uma imensa bacia hidrográfica e diversas comunidades ribeirinhas, logo é preciso o aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública, a saber, os policiais militares, para atuarem em ações de repressão e a prevenção de crimes que se faz presente nas regiões fluviais.

Outra ocorrência a ser atendida, combatida e prevenida pelo policiamento fluvial é relativa a crimes como contrabando de armas e drogas ilícitas, os quais são transportados por embarcações de pequenos pescadores. Foi à constatação desta situação que motivou a criação da Proposta de Implantação de uma Força Tarefa Náutica para compor a estrutura organizacional da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

De acordo com responsável pelo projeto acima, o Ten. Cel. QOPM Mário Sérgio Cutrim Santos, o Policiamento Fluvial é uma efetiva ferramenta para atuar em regiões como a do Munim, consistindo em uma estratégia organizacional que aproxima sociedade e polícia, uma vez que esta não pode resolver sozinha, os problemas da criminalidade que ocorrem nas regiões ribeirinhas (SANTOS, 2021, p. 7).

Os objetivos institucionais delineados a serem atingidos pela Força Tarefa Náutica envolvem não somente o combate à criminalidade, como também o controle da pesca predatória, como já dito acima; a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha abrangida por este tipo de policiamento, o combate ao tráfico de drogas, contrabando de mercadorias, fiscalização dos usuários de transporte hidroviário, além do desenvolvimento de policiamento visando à promoção da proteção do meio ambiente (SANTOS, 2021).

A criminalidade é uma ameaça à ordem pública, motivo pelo qual o mencionado projeto objetiva que uma força policial ostensiva atue na Região do

Munim, por meio do policiamento fluvial, modalidade de policiamento que pode contribuir de forma positiva para combater ações criminosas em áreas cujo acesso só é possível por meio fluvial (SANTOS, 2021)⁵.

Sabe-se que as vias fluviais hoje são rotas utilizadas pelos criminosos, sendo o policiamento naval a principal ferramenta para atuar no combate a tal delito. Gomes (2021, p. 18) traz uma perspectiva internacional à temática, ao citar que na Bolívia, nos Estados Unidos e no Paraguai o policiamento fluvial atua principalmente no combate ao narcotráfico, no patrulhamento de fronteiras, combate à pirataria, patrulhamento ostensivo fluvial e outras atividades realizadas pela polícia fluvial.

Conforme Gomes (2021) os criminosos utilizam do ambiente fluvial, aproveitando-se da extensa e complexa rede hidrográfica brasileira, o que facilita o contrabando, tráfico de entorpecentes, de animais silvestres, dentre outros tipos penais. Porém, Gomes (2021) afirma que o policiamento fluvial não está relacionado apenas a combater atividades criminosas, mas à fiscalização de atividade pesqueira, preservação de espécies aquáticas, fiscalização e segurança no trânsito pela rede hidrográfica etc.

Uma ação policial especial exige também equipamentos especiais, tais como:

[...] lanchas voadeiras, utilizadas em furos rasos; as lanchas de ação rápida para ações integradas; a embarcação de ação tática útil em águas desabrigadas, que também é utilizada pela PMESP em suas patrulhas pelo litoral; e a embarcação condutora de tropa, para movimentações em grandes distâncias (GALENO, 2020, p.30)

Além de equipamentos, os policiais que atuam nas patrulhas náuticas e fluviais precisam estar preparados, haja vista o ambiente em que trabalham ser peculiar, o que exige determinadas habilidades, preparo e conhecimentos, quais sejam:

[...] conhecimento sobre sobrevivência e salvamentos e todo preparo, físico e psicológico para que o profissional apresente-se pronto para atender as mais diversas ocorrências envolvendo manutenção da ordem pública e proteção das pessoas que demandarem pelo atendimento das patrulhas, como por exemplo, na PMESP tem o Curso De Técnicas De Policiamento Náutico (CTPN), na PMPA o Curso de Operações Fluviais (COPFLU), na PMDF há o Curso de Operações Lacustres (COL) e na PMAM o Curso de Formação em Policiamento Ambiental (CFPA), promovido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente que tem objetivos de aprimorar os agentes

⁵ Autor do projeto de implementação da Força Tarefa Náutica

ao atendimento a ocorrências ambientais e polícia comunitária. (GALENO, 2020, p. 30-31).

Gomes (2021), também defende o fato de que para realizar atividade policial, usando lanchas e barcos, é preciso um treinamento especial de modo a criar um grupo de atuação específica. Por isso que neste trabalho se defende que todos os policiais militares, independentemente da forma de ingresso na instituição, devem estar preparados para trabalhar em uma área assim. De tal forma, a exigência da natação no TAF dos soldados mostra-se como uma necessidade, portanto, um requisito de ingresso, pois o policial militar deve estar apto a realizar suas atividades, seja em meio terrestre ou aquático.

O policiamento fluvial no âmbito da PMMA ocorre em locais pontuais, como ponderam Galeno (2020) e Gomes (2021) existindo o BPA- Batalhão de Polícia Ambiental, o BOPE- Batalhão de Operações Especiais, o Grupamento Fluvial do 3º Batalhão de Polícia Militar de Imperatriz e o 7º BPM, que tem atuação em Pindaré Mirim. No caso do BPA, este batalhão utiliza essa modalidade de policiamento para fiscalização de rios com o fim de reprimir crimes ambientais como pesca predatória, caça ilegal, desmatamento e outros crimes ambientais em regiões, cujo acesso não se dá por terra, mas sim por meio aquático (GALENO, 2020, p. 34).

Neste contexto, o policiamento fluvial, além de modalidade de policiamento pode ser considerado como ferramenta, meio utilizado por outra modalidade com é o caso acima: o batalhão ambiental (unidade policial) fazendo uso do policiamento fluvial para atender às suas funções-fins.

As polícias militares em vários estados do Brasil não só possuem em sua estrutura organizacional o policiamento fluvial, como também preparam seus policiais para o atendimento de ocorrências demandadas em meios aquáticos: rios e lagos.

É o caso da PM⁶ do Tocantins, que realizou instrução de policiamento fluvial com foco em orientações quanto a abordagens e buscas em embarcações, para que os policiais pudessem atuar em operações contra Covid-19 nos rios do Estado do Tocantins, visando também capacitar os policiais com instruções teóricas e práticas para que seja garantida a segurança para a sociedade e para os próprios

⁶ Polícia Militar do Tocantins. **Polícia Militar realiza instrução de policiamento fluvial**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pm/noticias/policia-militar-realiza-instrucao-de-policiamento-fluvial/3yp3da6ch3s0>. Acesso em 01 dez. 2021.

policiais. Interessante que a PMTO informou em seu site que outro objetivo com a capacitação na área de policiamento fluvial foi o de proporcionar aos militares:

Uma visão crítica a respeito da construção da doutrina de Policiamento Embarcado, englobando: Missão, Amparo Legal, Armamento e Equipamento, Embarcações, Composição e Função de uma Guarnição Embarcada e Procedimentos Específicos; Patrulhamento Embarcado, Abordagem e Embarcações e Planos de Contingência; Técnicas de ação imediata com tropa embarcada e desembarcada n'água; Acionamento da GU; Equipagem Operacional para o Atendimento de Ocorrências Fluviais; Embarque e desembarque Tático; Manobras, formações, atracação e peação; Condução de embarcações (BRASIL, 2020)

A PM de Rondônia também possui ações relativamente ao policiamento fluvial: em 2020 uma moderna embarcação militar, avaliada em R\$112 mil reais, foi entregue à PMRO. O transporte fluvial visa beneficiar:

Uma média de oito (8) mil famílias, que possuem acesso somente por via fluvial, pelo Rio Madeira. Com essa embarcação militar, cerca de 18 localidades serão atendidas e auxiliará na maior eficácia e rapidez os atendimentos de ocorrências policiais, no enfrentamento de delitos, o que refletirá na atuação policial militar na localidade (POLÍCIAMILITAR-RO, 2020).

De acordo com a Polícia Militar de Roraima, o patrulhamento fluvial tem por objetivo não apenas o policiamento ostensivo e preventivo, com verificação de irregularidade em relação à agressão ao meio ambiente, à pesca e caça ilegal, mas também visa ações educativas e de apoio às instituições que realizam limpeza das margens dos rios.

Muitos outros exemplos de polícias militares dos demais estados da federação poderiam ser dados para demonstrar que o policiamento fluvial é uma realidade e que exige capacitação dos policiais para que possam desempenhar os papéis que lhe são outorgados legalmente.

Observa-se, por todo o exposto, que o policiamento fluvial é uma das modalidades de policiamento presente dentro da estrutura não só da Polícia Militar do Maranhão, como das polícias militares em todo o Brasil, haja vista que o potencial hidrográfico não é uma particularidade maranhense, mas configura a própria geografia brasileira e que, por isso, muitas são as situações ocorridas no ambiente aquático que exigem atuação policial.

Constatou-se que é necessária toda uma estrutura de equipamentos,

ferramentas e recursos humanos para que esse policiamento garanta a ordem pública em comunidades além-terra.

As comunidades ribeirinhas, bem como a sociedade como um todo, são beneficiadas pela atuação policial em ambiente aquático, principalmente na prevenção e combate aos diversos crimes como o contrabando de arma e o tráfico de drogas. É importante que a população se sinta segura, seja na terra ou na água (mar, rios).

Neste contexto, resta indubitável que a prática da natação é uma das habilidades de destaque para um policial militar que objetive ingressar na Corporação e, assim estar preparado e capacitado a enfrentar qualquer eventualidade que venha a envolver o ambiente aquático.

3.2 Natação

Os militares, conforme destaca Bonacelli (2004) foram os precursores da metodologia sistemática para a aprendizagem da natação, pois para quem não sabia nadar, qualquer que fosse seu armamento, um rio ou uma extensão de água constituía um obstáculo às vezes mais intransponível do que as linhas inimigas. O que tornava a natação fundamental para a sobrevivência das tropas.

A natação, de acordo com Rizzetto (2003), surgiu com a necessidade do homem em buscar alimentos que se encontravam na água e assim, ultrapassarem obstáculos como rios, buscando fugirem de animais selvagens. Fato é que, nadar é uma ação tão natural quanto andar, decorre do instinto de sobrevivência em meio aquático.

Os povos antigos (assírios, egípcios, fenícios, ameríndios etc.) destacavam-se por serem excelentes nadadores, o saber nadar era uma forma de sobrevivência desses povos, o que tornava o ato de nadar imprescindível para cada indivíduo (SILVA, 2020). E isso demonstra que, desde o seu surgimento, a natação já influenciava no jeito de viver das pessoas.

Nas civilizações, grega e romana, a natação deixa de ser apenas uma prática de sobrevivência, assumindo a função dinamicamente recreativa. Em Atenas no ano de 1896, dentro da era moderna, foram celebrados os primeiros Jogos Olímpicos que evidenciaram a natação como uma modalidade esportiva, apresentando rigorosamente baterias de provas com 100m, 500m e 1200m

(OLIVEIRA, 2020, p. 16).

Durante a segunda metade do século XIX na Inglaterra, a natação começa a ser vista como uma modalidade de esporte competitivo. Na cidade de Londres, em 1937, foram disputadas as primeiras provas de natação enquanto modalidade esportiva. No Brasil, a natação foi inserida, em 1897, a partir da fundação da União de Regatas Fluminense, na cidade do Rio de Janeiro (SAVIANI, 2007, p. 47)

Com o passar do tempo, é claro, a modalidade foi ganhando cada vez mais técnica, o que, otimizou a prática, trazendo benefícios para os nadadores, assim como estendendo a capacidade de intervenção do homem também em meio aquático.

Dentre os estilos de natação que foram ganhando maior destaque no contexto esportivo desta modalidade destacamos apenas três: nado crawl, nado peito e o nado borboleta. Conforme reitera Arellano (1992) estes estilos de natação foram se adequando com o passar dos anos até se tornarem efetivamente modalidades de grande destaque dentro deste tipo de esporte.

O nado crawl destaca-se por ser o mais comum e o mais praticado entre todos os estilos. Para a realização do nado crawl as técnicas são muito subjetivas e depende bastante de cada instrutor, mas o resultado sempre acaba no movimento propriamente dito (OLIVEIRA, 2020, p. 35)

Para Arellano (1992, p. 35), o nado crawl pode ser definido como:

[...] deslocamento humano na água caracterizado por uma posição ventral do corpo e movimento alternativo e coordenado das extremidades superiores e inferiores, senso o movimento das primeiras uma circundação completa e o das segundas um batido, com uma rotação da cabeça, coordenada com os membros superiores para realizar a inspiração.

Sobre o modelo de nado crawl há duas teorias. A primeira enfoca o modelo de Maglischo (2010) no qual os movimentos de braços e alongamentos estão divididos em: entrada e alongamento; varredura para baixo e agarre; varredura para dentro; varredura para cima pernada para baixo, enquanto a respiração é feita em uma única fase. A segunda trata sobre o modelo de Machado (2006 apud OLIVEIRA, 2020, p. 39) no qual os movimentos de braços e pernas estão divididos em: apoio, tração, empurre e recuperação, enquanto os movimentos das pernas e respiração são ambos em uma fase.

A prática desse nado atua diretamente no aumento da capacidade cardiorrespiratória de quem o pratica, devido a sua influência em grande parte do corpo. Já que, segundo o entendimento de Maglischo (2010) a finalidade da respiração é gerar uma melhora significativa na capacidade de difusão pulmonar e fornecer oxigênio ao nadador, aumento assim, sua resistência física.

Em relação ao nado peito este é considerado o mais antigo na história da natação, além de ser reconhecido como um primordial instrumento de sobrevivência. Massaud (2001, p. 25) ao estudar este estilo de nado argumenta que:

[...] Desde a Pré-História o homem praticava a ação de autopropulsão e autossustentação na água. Tal ação pode ter sido aprendida por instinto e através de observação de outras espécies (como o cão e o sapo) e é uma das atividades mais natas do homem, o nadar. O homem nadava por diversão, por finalidades utilitárias, como recolher alimento e a caça, e como mais uma arma que se dispunha para sobrevivência, como por exemplo, fugir de um perigo em terra, lançando-se no meio líquido e nele se deslocando. O ato de nadar é uma das qualidades físicas que pode ter ajudado o homem na sua fase evolutiva.

À medida que realiza o nado peito, o sujeito não imprime a torção se seu tronco, continuando de frente na superfície da água movimenta seus braços e pernas simetricamente. Ao contrário dos outros estilos, o nado peito é o único que desenvolve todo o movimento dos membros superiores sob a água.

Até meados de 1960, o movimento das pernas era realizado e ensinado em forma de cunha, foi então que em 1968, o treinador James Counsilman juntamente com seu nadador Chet Jastremski, revolucionaram a forma com que a perna era aplicada nesse estilo, com chicotadas estreitas (OLIVEIRA, 2020, p. 19).

É um nado que requer mais tempo para ser desenvolvido, já que é um estilo mais técnico em relação ao nado crawl. Dessa forma é essencial que ele seja trabalhado de maneira mais paciente e rigorosa, devido aos movimentos que são mais detalhados, para que o praticante alcance o resultado desejado. Para Serafim (2020) as fases propulsivas do nado peito geram grandes forças, tornando-o um nado lento e mais rigoroso, devido à redução de velocidade a cada braçada quando ocorre uma desaceleração na recuperação das pernas para a pernada.

O nado borboleta também conhecido como 'golfinho' é caracterizado pelo movimento das pernas ondulatório tal como ocorre com estilo nado peito, porém com o movimento de braços concomitantes, lançados para fora da água. O nado borboleta é considerado uma técnica simultânea, quanto à ação dos membros

superiores e inferiores, e uma técnica descontínua em relação às ações propulsivas de braços e pernas (BARBOSA, 2004, p. 35).

Barbosa (2004) ressalta que é verificado o grau de sincronismo entre os pontos chave da braçada e da pernada na técnica do nado borboleta em nadadores de elite. Seifert et al. (2007, p. 42) reitera que:

A coordenação braçada pernada mostrou adaptações com relação ao incremento da velocidade de nado e do nível de experiência, havendo um maior sincronismo entre as ações propulsivas, tanto nas velocidades mais elevadas, quanto em atletas de nível mais elevado.

Outro estilo de nado, que não está na categoria de estilos que geralmente se vê em competições, como em jogos mundiais ou olímpicos é o nado militar. Ele apresenta uma simbólica semelhança com o estilo de nado peito o qual é oriundo de várias modificações. Por isso, antigamente o nado militar era conhecido como 'nado de peito clássico' ou 'nado rã'. Mesmo pecando em alguns aspectos tais como: rendimento e velocidade, este estilo de nado tem sua demasiada eficácia, por isso é reconhecido como "nado militar".

De acordo com Oliveira (2020) o estilo nado militar apresenta os movimentos basicamente configurados no nado de peito, a única diferença, mas não menos importante é a posição do corpo:

Destinado totalmente abaixo da superfície aquática com exceção da cabeça, a silhueta de seu rosto deve estar ao máximo coberto permitindo apenas a observação. Para respirar o indivíduo eleva calmamente sua boca tentando ser o mais discreto possível (OLIVEIRA, 2020, p. 20).

Analisando-se estes estilos de natação: o nado crawl, o nado peito, o nado borboleta e o nado militar, cada um com sua especificidade e relevância, ficam bem claro a importância histórica desta modalidade esportiva que implica tanto em qualidade de vida, saúde e bem-estar, quanto em atividade competitiva, profissional, inclusiva e integradora.

Em suma, a natação é reconhecida como sendo uma das atividades mais completas e com grandes benefícios para a saúde humana. Além de corroborar para a movimentação de diversos músculos do torso, membros superiores e inferiores, a prática da natação tem um baixo nível de impacto em comparação às outras atividades esportivas, o que ajuda consideravelmente na redução do risco de lesões.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é conceituada por Marcone e Lakatos (2010) como um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Isto quer dizer que o método científico é utilizado como mecanismo de busca de resultados e respostas acerca das indagações e possíveis especulações sobre o objeto de pesquisa.

O método científico é definido por Chizzotti (1991) como “um processo de pesquisa que segue uma determinada sequência de etapas”. Este método também é conceituado por Marconi e Lakatos (2010) como a maneira ou o conjunto de regras básicas empregadas em uma investigação científica com o intuito de obter resultados mais confiáveis, quanto for possível.

Baseando-se nestas definições do método científico, aplicou-se, neste trabalho, a pesquisa qualitativa utilizando-se a metodologia de caráter exploratório, desenvolvendo-se o caractere subjetivo do objeto: Análise da necessidade de inclusão da natação no teste de aptidão física para o ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMA.

Esta pesquisa caracteriza-se fundamentalmente qualitativa com vistas a mostrar conceitos, elementos e práticas concernentes ao objeto de estudo ora apresentado, tendo como suporte o levantamento bibliográfico atrelado às pesquisas exploratória e descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013) estas pesquisas podem ser aplicadas de forma singular ou associadas, possibilitando ao pesquisador ampliar a sua busca de informações, demonstrá-las e argumentar sobre elas.

Como orienta Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses relevantes para a realização de estudos posteriores. Neste estudo, a pesquisa exploratória corroborou para o desenvolvimento do tema, desenvolvendo e esclarecendo conceitos, ideias e práticas já levantadas na revisão de literatura.

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa ajuda a compreender melhor um fenômeno no contexto em que ocorre e do qual faz parte, considerando todos os pontos de vista relevantes. No caso da pesquisa, aqui mostrada, optou-se por fazer a pesquisa qualitativa de cunho documental, visando entender, descrever e

explicar os fenômenos, conceitos, elementos e enfoques específicos do objeto de estudo.

Tal como ressaltam Silva e Menezes (2005), A pesquisa qualitativa também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo. Dessa forma, o caráter descritivo desta pesquisa corroborou para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em foco, trazendo à tona argumentos, premissas, interpretações e conclusões inerentes ao fenômeno estudado.

A pesquisa descritiva trata de uma análise aprofundada do contexto pesquisado e seus fundamentos teóricos são construídos depois da análise dos dados empíricos, sendo aprimorados a posteriori (DALFOVO, LANA; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Para a construção da pesquisa qualitativa, utilizou-se o levantamento bibliográfico como forma de fundamentar o tema através de fontes já existentes que tratam sobre o objeto de estudo e, assim, desenvolver todo o seu referencial teórico. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio de escritos e eletrônicos (FONSECA, 2002, p. 34).

Analisando a taxionomia de Vergara (2000) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos diretos e indiretamente ligados a certa temática.

Assim sendo, visando-se fundamentar a pesquisa qualitativa supracitada, desenvolveu-se a revisão bibliográfica em 5 (cinco) momentos, tais como: Seleção de artigos, monografias e dissertações; leitura atenta das fontes selecionadas, a construção de fichamentos de textos, a elaboração do projeto de pesquisa e, por fim, a construção da pesquisa qualitativa propriamente dita.

Dentre as fontes levantadas e selecionadas na pesquisa bibliográfica podem-se citar: Arellano (1992), Bonaceli (2004); Galeno (2020), Gomes (2021), Lacerda (2016), Saviani (2007), Rodrigues (2017), Makarenko (2021), Nascimento (2001), Oliveira (2020), Silva, Campos e Carvalho (2014), Gil (1999), Godoy (1995), Marccone e Lakatos (2010), Chizzotti (1991), Silva e Menezes (2005), Fonseca (2002), Vergara (2000), Cervo e Bervian (2002), Prodanov e Freitas (2013). Além da

leitura da leitura das referências: Manual de Companhia: Treinamento Militar (2015), Edital nº 001/2021 – CTA/SSP MA (BRASIL, 2021) dentre outros.

A leitura das fontes teóricas supracitadas ajudou a compreender melhor conceitos, elementos, premissas, resultados, indagações e problemáticas em questão, corroborando, assim, para a elaboração dos fichamentos de textos que irão compor o marco teórico da pesquisa, ajudando a fundamentar o estudo qualitativo.

Para Marcone e Lakatos (2010, p. 32): o conteúdo do fichamento de texto deve conter:

Indicação bibliográfica – mostrado na fonte da leitura; resumo sintetizando o conteúdo da obra; citações apresentando as transcrições significativas da obra; comentários expressando a compreensão crítica do texto, baseando-se ou não em outros autores e outras obras; ideação, colocando em destaque as novas ideias que surgiram durante a leitura reflexiva.

Após a construção dos fichamentos de textos, seguindo todos esses requisitos propostos por Marconi e Lakatos (2010), buscou-se elaborar o projeto de pesquisa o qual daria sustentação para a fundamentação da pesquisa qualitativa, isto é, para a dissertação do texto monográfico. Segundo Cervo e Bervian (2002) o projeto de pesquisa possibilita a aquisição do problema da pesquisa. Geralmente a elaboração clara do problema é resultado da revisão de literatura e da reflexão pessoal, tal como ocorreu na escolha do objeto de estudo desta pesquisa.

Foi realizado ainda uma comparativo dos testes físicos da PMMA com algumas Polícias Militares do Brasil, como a PMDF; PMPE e PMTO. Todas as fontes e documentos pesquisados foram analisados e sistematizados de forma a estabelecer, didaticamente, um critério de seleção das informações de modo a enfatizar cada um dos objetivos específicos do trabalho. Foi procurado também pesquisar sobre a importância e os benefícios da natação, trazendo a uma nova realidade no contexto policial militar do Maranhão.

Estando pronto todo o aparato do estudo, começou-se a desenvolver o texto propriamente dito, isto é, a pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, com vistas a esclarecer as premissas, conceitos, conjecturações, elementos, relações, implicações e práticas concernentes à problemática em abordagem.

5 A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA NATAÇÃO NO TAF DE INGRESSO AO CFSd DA PMMA

Todo centro de formação de policiais militares tem como objetivo, a capacitação, aperfeiçoamento e especialização dos seus profissionais para o desempenho da atividade de segurança pública. A PMMA, instituição esta que se encontra em todos os municípios do estado, precisa e deve oferecer policiais cada vez mais técnicos e preparados fisicamente, para atenderem as demandas da sociedade maranhense.

De acordo com Lacerda (2016) a natação utilitária, além de ser uma necessidade comprovada no desenvolvimento das atividades policiais, também corrobora grandemente na promoção da qualidade de vida destes profissionais, incentivando-os ao treinamento e contribuindo significativamente para a sua qualificação profissional.

É consenso, no meio acadêmico e profissional, a necessidade da inclusão da natação utilitária nas unidades da Polícia Militar do Estado do Maranhão enquanto modalidade requerida não somente nos testes de aptidão física, mas também como atividade curricular, visando ao treino do contingente policial para as ações cotidianas. Nesse tocante Oliveira (2020, p. 09) ressalta que:

A natação é uma atividade física completa. Proporciona ao militar atitudes como autoconfiança e independência na água, que além de aperfeiçoar a aptidão física, é uma das atividades físicas que possuem o mínimo de impacto no corpo, porque é executada na água. Nas organizações militares que possuem parque aquático, rios, lagos ou mar perto, sua prática geralmente é feita como complemento de uma corrida contínua, ou para militares que são incapacitados de correr por um determinado tempo. Essa atividade física é uma excelente opção de exercício cardiopulmonar.

Como enfatiza Oliveira (2020) a natação é uma atividade física que ajuda a aprimorar a aptidão física, proporcionando aos militares o desenvolvimento de aspectos, tais como autoconfiança e independência no meio líquido. Uma vez que é realizada na água, a natação traz o mínimo de impacto ao corpo do militar, além do que é uma prática complementar a outras atividades como uma corrida contínua, por exemplo.

Militares que se encontram incapacitados de praticar corrida podem fazer a natação como uma atividade física de restabelecimento do condicionamento físico,

outrora perdido, pois a natação atua diretamente no sistema cardiopulmonar do praticante dessa modalidade esportiva.

No tocante aos cursos de formação oferecidos e realizados nas corporações militares pelo Brasil, o nado mais desenvolvido pelos candidatos é o nado crawl, devido a sua similaridade ao nado militar. O nado militar, como trabalhado antes neste trabalho, é uma adaptação baseada nos fundamentos do nado de peito e que é essencial na formação dos policiais combatentes, pois a sua prática beneficia em muito o desenvolvimento da habilidade de flutuar, presente nos testes físicos, principalmente, de cursos operacionais. Conforme relata Lacerda (2016, p. 18).

[...] A habilidade de flutuação e deslocamento no meio aquático dever ser uma premissa básica e fundamental para o Policial Militar [...]. A inserção da modalidade como disciplina durante os cursos de formação seria um meio de proporcionar uma capacitação ainda mais eficaz para o trabalho cotidiano, proporcionando, além de saúde e bem-estar, um treinamento voltado para as ações diárias. (...) a natação é um esporte completo, mexendo com toda a musculatura do corpo, havendo absorção do impacto dos exercícios físicos pela água, possibilitando diversificação no processo de condicionamento físico.

O policial militar precisa ter a habilidade de flutuação e deslocamento no meio aquático como aspectos fundamentais, reconhecendo que a natação é uma modalidade que capacita para a atividade profissional, isto é, para que esta seja mais eficaz, além disso, corrobora para a manutenção da saúde, bem-estar e aprimoramento dos treinos para as ações do dia a dia.

O PM do Maranhão necessita reconhecer a importância dos conhecimentos técnicos da natação no serviço policial, compreendendo que esta é uma das atividades físicas mais completas, prevista já em muitos exames de aptidão física e tipificada como subgrupo fundamental no treinamento cardiopulmonar do PM.

Uma vez inserida a natação na vida do policial militar, este irá reconhecer que se trata de um exercício que move grandes grupos musculares, possibilitando o aumento do gasto energético total. Os policiais militares devem compreender que as atividades aquáticas, além de produzirem tal efeito ajudam a reduzir o impacto diminuindo a sobrecarga nas articulações, evitando, assim, possíveis lesões futuras (OLIVEIRA, 2020, p. 34).

Dentro da PMMA existem batalhões e unidades operacionais, onde torna-

se essencial que o PM tenha conhecimento técnico sobre a natação. Como é caso dos policiais que compõe os Batalhões de Turismo, do BPTur-1, localizado em São Luís e o 2º BPTur, com sede em Barreirinhas. O que, devido as suas localizações, em determinado momento, podem exigir do policial, uma atuação imediata, seja para prender um indivíduo que acabara de cometer um crime, ou mesmo para salvar vítimas de afogamentos, enchentes, inundações e alagamentos, situações estas, bem comuns em épocas de chuvas na capital e no interior do estado maranhense.

Há também dentro da corporação PMMA, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) com sede em São Luís. Essa Unidade realiza várias missões pelo interior do estado, seja dando apoio policial a órgão ambiental Federal ou mesmo realizando operações de fiscalização ambiental e apreensões nos municípios.

Há localidades em que só é possível se chegar através de embarcações, o que reforça a importância do PM em possuir habilidade para a atividade aquática. Para que em uma eventual crise, seja de tiroteio ou acidentes, durante o percurso, todos tenham a real capacidade física e técnica para lidar com a situação da melhor forma possível.

Além dos exemplos citados acima, temos alguns batalhões que ficam localizados próximos a regiões ribeirinhas, onde em épocas de cheias fica inviável o policiamento em viaturas terrestres, onde o policiamento fluvial deveria entrar em ação, todavia, é uma modalidade de policiamento ainda bem tímida no cenário maranhense, devido à falta de recursos materiais e humanos, já que nesse tipo de policiamento como já dito acima, é essencial que o policial militar possua conhecimentos em relação a prática a da natação.

Entende-se que a inclusão da natação no teste de ingresso dos candidatos ao CFSd é, necessário e fundamental para a instituição e para a sociedade maranhense. Dessa forma, os gestores responsáveis por planejar e fazer segurança pública precisam e, devem compreender a importância dessa atividade física para o serviço desempenhado pelo soldado.

Além de ser de suma importância para o desempenho da atividade-fim da Polícia Militar, a natação oferece inúmeros benefícios à saúde física e mental do policial, algo que será demonstrado no tópico a seguir, o qual servirá para demonstrar o nível de importância dessa modalidade para a Instituição, PMMA.

5.1 Benefícios da natação na formação do policial militar

Ao se tomar como base o fato de que grande parte do território brasileiro é preenchido por águas de lagos, rios e mares e reconhecendo que no contexto de hidrografia, o Maranhão se destaca com sua riqueza e diversidade. Dessa forma, quando se analisa os benefícios oferecidos pela prática da natação, há que se reconhecer ela como uma peça fundamental para toda corporação policial militar.

A natação é uma atividade física que, além de melhorar a eficiência mecânica do nado, proporciona autoconfiança e autodomínio no meio aquático enquanto aprimora a aptidão física (BRASIL, 2015, p. 95). Destaca-se também que ela é uma das modalidades esportivas mais completa que se tem conhecimento, devido aos seus efeitos positivos à saúde física e mental dos seus praticantes.

Nesse sentido, é válido conhecer os benefícios da natação, que como técnica desportiva, segundo Makarenko (2001) é um sistema racional de movimentos, que permite ao nadador utilizar, de forma mais completa suas possibilidades motoras, atingindo altos resultados nas competições.

Dentre os benefícios que a natação pode proporcionar na vida do policial militar, pode-se destacar: a autoconfiança e independência na água, pois serve para melhorar e aperfeiçoar o nível de aptidão física do policial. Além disso, atua como uma atividade física capaz de melhorar a performance cardiopulmonar dos seus praticantes.

Ela contribui para o aprimoramento e respiração do policial, gerando um aumento da sua velocidade, proporcionando ganho de força, porém sem causar o aumento da massa muscular ou aumento de peso, ela também atua de forma positiva na rigidez muscular dos seus praticantes. Sendo, esses fatores, de grande relevância para o desempenho da atividade policial.

Os estudos sobre os benefícios da natação afirmam que os ganhos à saúde advindos da sua prática vão além do físico, sendo capaz de melhorar a parte fisiológica e cognitiva de seus praticantes, pois tem a capacidade em aprimorar os efeitos terapêuticos e motivacionais, gerando um aumento no poder de concentração e capacidade motora de quem a utiliza como prática esportiva. Ela é uma importante ferramenta para iniciar o aprendizado e o aperfeiçoamento das capacidades motoras mais utilizadas no cotidiano, tais como a resistência, a força, a flexibilidade, a agilidade e velocidade (MACHADO; RUFFEIL, 2011).

A natação está associada à qualidade de vida de seus praticantes, o que torna a sua prática fundamental na vida dos policiais militares. Importante ressaltar, que ao se implementar corretamente os treinos de natação em qualquer grupo social, sendo o foco deste trabalho os soldados da PMMA, ela possui a capacidade de influenciar de forma positiva e trilateral os policiais militares, atuando na área educacional, técnica e higiênica, nas habilidades e hábitos motores.

No aspecto educacional, pode-se alcançar através do treinamento da natação, a assimilação da técnica e fixação de regras, o que estimula a capacidade de raciocínio e gera um aperfeiçoamento e desenvolvimento de certas características, tais como; foco, concentração, disciplina e segurança, variáveis importantíssimas dentro da profissão, policial militar. No decorrer do processo de melhoria da técnica desportiva, manifestam-se também o poder de precisão, economia e a eficácia dos movimentos, além de um sentimento de resistência diante dos elementos negativos. Nesse aspecto, a natação faz com que o praticante aprenda a utilizar suas forças internas e externas para as dificuldades do dia a dia.

Dentro do ambiente aquático, podemos destacar outra atividade que pode contribuir em muito para o aprimoramento da capacidade física do policial militar, a hidroginástica. Essa atividade, de acordo com o pensamento de Bonacelli (2004) manifesta-se como um programa ideal para o condicionamento físico, pois tem como meta a melhoria da saúde e bem-estar físico e mental dos seus praticantes.

Segundo esse autor, a água e exercício físico, funcionam como uma combinação ideal. Atualmente, a hidroginástica destaca-se por ser uma atividade muito praticada em piscinas, pois a água pode proporcionar um aumento de força, resistência muscular e efeitos positivos no sistema cardiorrespiratório. Os benefícios alcançados com a prática da hidroginástica, conforme Bonacelli (2004, p. 49), são os seguintes:

Melhora o sistema cardiorrespiratório; melhora o condicionamento físico; desenvolve músculos e a resistência muscular; aumenta a flexibilidade e a amplitude articular; ativa a circulação sanguínea; melhora a postura; as articulações sofrem mínimo impacto; alivia as dores da coluna vertebral; alivia as tensões e o estresse do dia a dia; tem efeito relaxante; melhora os aspectos físicos e psicológicos; proporciona um bem estar físico e mental; auxilia o retorno venoso do sangue; melhora a coordenação motora; melhora a qualidade de vida.

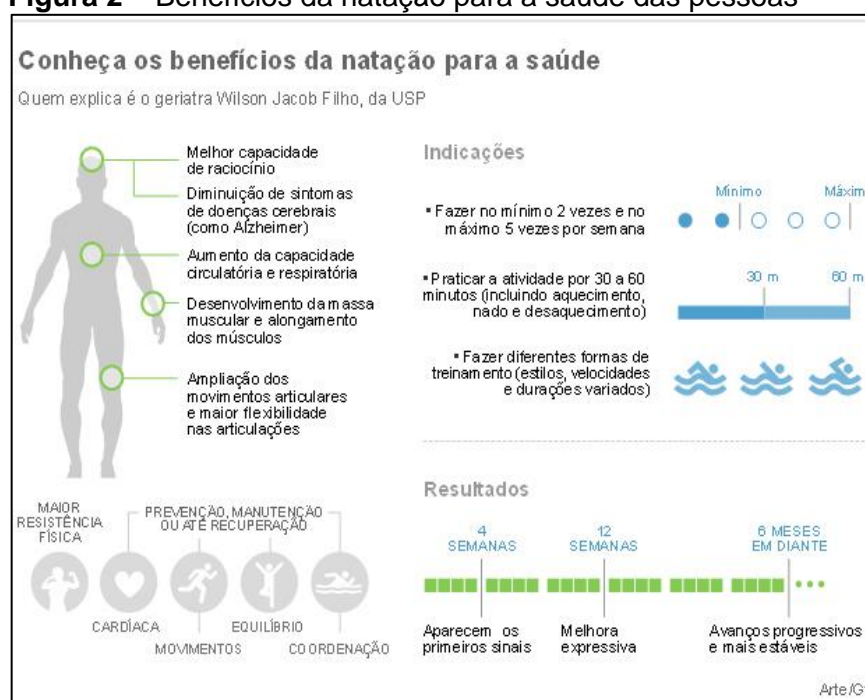
A atividade policial militar exige que, o policial consiga praticar algumas atividades físicas bem comuns no ambiente da caserna, tais como: corrida, flexão de

braço no solo ou barra fixa, abdominais entre outros.

Todavia, por se encontrarem com alguma lesão ocasionada pelo trabalho, procedimento cirúrgico, ou mesmo por estarem acima do peso, alguns policiais não conseguem praticá-las. Como atividade alternativa e complementar, as atividades no meio aquático, tais como a hidroginástica, além de permitirem a prática de atividade física aos policiais que estejam com alguma limitação motora, pode atuar como instrumento de reabilitação e condicionamento físico dos policiais militares.

Na figura 3, demonstra-se os principais benefícios da natação para a saúde das pessoas.

Figura 2 – Benefícios da natação para a saúde das pessoas



Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2011/03/os-beneficios-da-natacao-saude-sao-destaque-do-bem-estar-nesta-6-4.html>. Acesso em: 04 jan.2021.

Diante dos inúmeros benefícios proporcionados aos praticantes de natação, o incremento dessa modalidade no processo de avaliação do TAF, além de incentivar o treinamento dos militares, elevando a sua qualificação profissional, proporciona substancial melhoria na qualidade de vida dos policiais militares.

Dessa forma, buscando proporcionar, qualidade de vida e preparo físico eficaz ao PM, defende-se a necessidade de inclusão da natação no processo seletivo ao cargo de soldados. Tendo em vista que, dentro da pirâmide de atividades realizadas pela Polícia Militar, são eles que se encontram na linha de frente do

serviço oferecido à sociedade.

E buscando dar fundamentação a este trabalho acadêmico, mostrar-se-á logo abaixo, cursos realizados na Segurança Pública no estado maranhense que já exigem a natação, tanto na fase de ingresso como no decorrer do curso de formação. Tal dado reforça a relevância da natação dentro da atividade de segurança pública, desempenhada pelos soldados.

5.2 A natação no Curso de Formação de Oficiais – CFO

Na polícia Militar do Maranhão, os Oficiais QOPM são formados na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias – APMGD. Esse curso de formação tem como finalidade, a capacitação moral, física e intelectual do futuro Oficial da PMMA.

O CFO é um curso destinado a formar Oficiais Policiais Militares ao nível de 2º Tenente até o Posto de Capitão, capacitando-os a desempenhar atribuições de comando, chefia e liderança sobre integrantes Militares, nos serviços operacionais afetos à gerência de pessoal e de atividades-meio no âmbito administrativo e em ações tipicamente militares (UEMA, 2020, p.26).

Conforme o Edital nº 05/2020-GR/UEMA, o Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública – PMMA tanto para os candidatos do sexo feminino, quanto aos candidatos do sexo masculino; e o Curso de Formação de Oficiais – CBMMA Bacharelado em Segurança Pública do Trabalho, a natação constitui um dos requisitos para o Teste de Aptidão Física (TAF) que segundo o Anexo A, tópico 10.3, deste edital, estabelece:

O EAF será constituído das seguintes provas: teste aquático, flexão de cotovelos na barra fixa, meio sugado, abdominal remador e corrida aeróbica (para o sexo masculino); teste aquático, flexão de cotovelos no solo (apoio), meio sugado, abdominal remador e corrida aeróbica (para o sexo feminino). Não aplicando necessariamente a ordem de aplicação dos exercícios físicos. (UEMA, 2020, p. 76)

De acordo com Loiola (2018) o Curso de Formação de Oficiais PM Bacharelado em Segurança Pública funciona regularmente na UEMA em período integral. Na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, pela manhã, os cadetes assistem às aulas relacionadas às disciplinas profissionais, do núcleo específico e, pela tarde, assistem às aulas das componentes fundamentais do núcleo comum na

UEMA.

A natação é um dos requisitos obrigatórios para a inserção dos candidatos ao Curso de Formação de Oficiais, através do processo seletivo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que em seu edital de inscrição estabelece esta modalidade esportiva como parâmetro crucial no teste de aptidão física, deixando bem claro o seu caráter eliminatório, para os candidatos que se submetem ao teste.

A partir da leitura e análise desse ponto do referido edital é possível mensurar a dimensão e a importância que tem a natação nos cursos do CFO/UEMA, isto porque, enquanto atividade que tem a finalidade de admitir o futuro oficial, ela também corrobora para o desenvolvimento do profissional dentro da academia, o que inclui a especialização deste nas atividades cotidianas, assim como no seu preparo físico.

No que tange ao preparo físico do candidato para a prática profissional dentro do CFO/MA, este de antemão, já é analisado no processo seletivo através do TAF que estabelece as regras da natação de caráter eliminatório. O Edital nº 05/2020-GR/UEMA em seu item 10.4 estabelece que:

O exame de aptidão física será realizado em duas etapas:

- a) Para o sexo masculino, teste aquático, flexão de cotovelos na barra fixa, meio sugado, abdominal remador e corrida aeróbica.
- b) Para o sexo feminino, teste aquático, flexão de cotovelos no solo, meio sugado, abdominal remador e corrida aeróbica (UEMA, 2020, p. 76).

A natação é um requisito tão importante e decisivo no Teste de Aptidão Física (TAF) no CFO/MA que o próprio Edital do Seletivo da Universidade Estadual (UEMA) já estabelece esta modalidade como sendo de caráter eliminatório. O candidato será considerado apto no EAF, se ao final de cada prova prevista, alcançar com exatidão o padrão mínimo exigido [...], será considerado inapto no (EAF), e, conseqüentemente, eliminado nos Exames de Aptidão (UEMA, 2020, p. 76).

A natação, em qualquer estilo, é necessária para o ingresso do futuro aluno Oficial da PMMA, além de constar entre os testes de avaliação física nas disciplinas de Educação Física, em todos os períodos do Curso, como requisito para a aprovação e notas nas disciplinas curriculares.

Salienta-se que a instituição PMMA, já compreende a necessidade e a

importância dessa modalidade esportiva na vida do futuro Oficial. Diante disso, torna-se ainda mais relevante este estudo, o qual busca mostrar a necessidade de inclusão da natação entre os testes que já são aplicados aos candidatos a soldados do Maranhão.

Se no CFO, o cadete que é preparado a tomar decisões, comandar e liderar seus subordinados, ele precisa passar pelo teste de natação para que seja considerado apto a entrar no curso, além de ser submetido ao longo do curso ao TAF exigido na cadeira de educação física, servindo como critério de classificação do somatório de todas as disciplinas.

Então, por quais motivos ela ainda não faz parte do TAF de ingresso dos candidatos a soldados da Polícia Militar do Maranhão? Tendo em vista, que tamanha decisão, contribuiria de forma positiva para toda a instituição.

5.3 A natação no Curso de Operações Aéreas – COA

O Centro Tático Aéreo (CTA) é uma unidade que corrobora com as ações voltadas ao combate, buscas, salvamento, resgates e transportes aeromédicos através de operações helitransportadas dentro do Estado do Maranhão. Após a sua descentralização, o CTA passou a compor uma base e dois locais de operações que são divididas quanto as suas áreas de atuação (SILVA, 2018, p.14).

O Centro Tático Aéreo do Estado do Maranhão foi criado em 1998 com o objetivo de integrar o policiamento aéreo no Estado. Estando subordinado ao Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública, o centro veio substituir todo o aparato Federal que até então dava apoio à “Operação Impacto”. O Decreto Estadual Nº 16. 687, de 04 de janeiro de 1999 enquanto base legal das atividades desenvolvidas pelo CTA/MA assegura em seu artigo 2º: “Art. 2º A estrutura organizacional da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania é composta pelos seguintes níveis e órgãos: [...] II – nível de assessoramento [...] f) Centro Tático Aéreo” (MARANHÃO, 1999, p. 25)

Além de apresentar informações ao comando da Polícia Militar, aos Bombeiros Militares do Estado do Maranhão e à Secretaria de Segurança Pública, o CTA também verifica e realiza comparações das suas próprias produtividades. O objetivo deste centro é proporcionar suporte as polícias e às forças estaduais, evidenciando que a integração se substancializa com uma cooperação plena dos

órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Maranhão e dos órgãos federais (SILVA, 2018, p. 15)

Com frequência, o CTA oferece Cursos de Operações Aéreas, com o objetivo de capacitar os profissionais interessados em compor o centro (SILVA, 2018, p. 14). Além da formação dos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão, esses cursos já formaram policiais federais, civis, militares e bombeiros militares de outros estados (FERREIRA, 2015, p. 3)

O trabalho desenvolvido pelo CTA trouxe reconhecimento ao Estado do Maranhão, tornando-o referência enquanto Centro de Capacitação e Formação desses profissionais nas regiões norte e nordeste. O Centro Tático Aéreo do Estado do Maranhão visa capacitar profissionais para a execução de missões de alto risco, seja por terra, no ar, ou mar, de forma eficiente e eficaz (SILVA, 2018, p. 16)

A natação integra o cronograma de atividades do CTA, tanto para o processo de admissão dos candidatos, quanto para a capacitação destes no Curso de Operações Aéreas. O Edital nº 001/2021 – CTA/SSP-MA do XIII COA/2021 traz toda esta modalidade esportiva, esclarecendo todas as etapas, requisitos e observações.

A natação no Curso de Operações Aéreas, segundo Edital nº 001/2021 – CTA/SSP-MA do XIII Curso de Operações Aéreas – COA/2021 implica em um tempo de 12 min. para 400m, sendo que em cada 100m o tempo estipulado é de 01'45" a 01'47", tanto para homens, quanto para mulheres. Num tempo de 12 min. para 600 m, cada 100m será 01'21 a 01'23" tanto para o público masculino, quanto para o feminino.

No Curso de Operações Aéreas (COA) a natação é uma modalidade que compõe o Exame de Aptidão Física (EAF), que vem logo após o Exame Médico de Saúde (EMS) o qual determina se o candidato está ou não apto a participar das provas de nado em 12 min, nado em 100m e das provas de flutuação vertical e de Apneia Horizontal (OLIVEIRA, 2020, p. 25).

O CTA em seu Edital nº 001/2021 – CTA /SSP-MA determina a natação como Exame de Aptidão Física (EAF) obrigatório nos Cursos de Operações Aéreas (COA), estabelecendo os seguintes critérios para a realização da prova de 12 min.:

O teste será realizado em piscina olímpica, em piscina de menor tamanho, ou ainda em curso d'água. A prova consiste na travessia ininterrupta no tempo de 12 minutos, devendo o candidato nadar a máxima distância

possível, em estilo livre, sem qualquer tipo de apoio ou auxílio (borda, flutuadores e/ou chão) (MARANHÃO, 2021, p. 01).

Os candidatos ao realizarem a prova de 100m devem estar devidamente equipados dos seguintes materiais: sunga para os homens, e maiô para as mulheres. Os critérios de aprovação ou reprovação, neste teste, são, respectivamente, os candidatos que cumprirem devidamente o tempo e os critérios desta prova, continuarão classificados, caso contrário serão desclassificados (OLIVEIRA, 2020, p. 23).

A modalidade de natação é trabalhada e aperfeiçoada no decorrer da vivência do curso, por se tratar de uma atividade que condiciona os profissionais de segurança, tanto para o exame de aptidão física, quanto para a manutenção e desenvolvimento profissional, como a qualidade de vida, saúde física e mental dentro do Centro de Formação. Segundo Oliveira (2020, p. 26-28) a natação:

Proporciona ao militar, atitudes como autoconfiança e independência na água, além de aperfeiçoar a aptidão física, é uma das atividades físicas que possuem o mínimo de impacto no corpo, porque é exercida na água. Nas organizações militares que possuem parque aquático, rio, lagos ou mar por perto, sua prática geralmente é feita como complemento de uma corrida contínua, ou para militares que são incapacitados de correr por um determinado tempo. Essa atividade é uma excelente opção de exercício cardiopulmonar.

Em suma, a natação é um mecanismo primordial no processo de aprovação e eficiência operacional dos militares no decorrer da formação no COA, ofertado pelo Centro Tático Aéreo do Estado do Maranhão. Além de promover a qualidade de vida e saúde, a natação corrobora para que militar esteja cada vez mais apto a desenvolver as diversas atividades dentro do centro de treinamento.

Tendo como meta, minimizar os fatores que atuam como barreira para o desempenho operacional dos agentes durante e pós curso, haja vista que, uma boa parte dos candidatos acaba sendo reprovada do TAF de ingresso, ou desligados no decorrer das provas aquáticas dentro do curso, seja por conta da inexperiência, desgaste físico ou mesmo, decorrentes do despreparo físico e mental.

Logo, pode-se verificar que além do curso de formação de oficiais da PMMA, o Centro Tático Aéreo também entende como fundamental o teste aquático para mensurar o nível de preparo físico dos candidatos aos respectivos cursos. Além de ambos, trabalhem ao longo da formação dos profissionais de segurança

pública, o que demonstra a relevância dessa atividade física para a carreira policial.

5.4 A natação no Curso de Força Tática – PMMA 2021

No ano de 2004 foi criada a Força Tática do Estado do Maranhão, tendo como contribuidor, o então Major Pereira junto com o capitão Edeilson, estes foram os grandes pioneiros nessa aquisição de patrulhamento tático no Estado do Maranhão.

Cavalcante, Ramos e Rosa (2015, p. 35) relatam que:

[...] no ano de 2002, o então Major Pereira e o Capitão Edeilson foram os primeiros Oficiais da PMMA a realizarem o Curso de Força Tática, num período de 20 (vinte) dias, no Estado de Roraima, os quais mais tarde, no ano de 2004, replicaram seus conhecimentos, realizando na PMMA o I Curso de Força Tática no Batalhão de Choque da PMMA, assim como, nos diversos Batalhões Operacionais do Interior do Estado do Maranhão, sendo o Curso de Força Tática, atualmente o curso operacional mais executado pela PMMA.

O I Curso de Força Tática foi realizado no Batalhão de Choque da PMMA no ano 2004 pelo Major Pereira e pelo Capitão Edeilson, sendo, atualmente, o curso operacional mais realizado no âmbito da PMMA. O exame de aptidão física realizado no processo seletivo para ingresso dos policiais ao curso de força tática tem como objetivo selecionar, ou seja, escolher os profissionais mais capacitados no aspecto físico e técnico para suportar a pressão física e psicológica que todo curso operacional demanda.

O Edital Nº 007/2021- XII trata a respeito da Força Tática (FT), o qual aconteceu na cidade de Codó. Dentro dos testes exigidos para ingresso ao Curso, destaca-se a presença da natação de 50 metros, a qual deveria ser realizada em um tempo máximo de 04 minutos, sendo suficiente para considerar aptos ou não, os candidatos. O Edital exigiu os seguintes testes físicos:

Corrida, barra, flexão de braço (apoio), abdominal, flutuação vertical. A prova de natação será 50 (cinquenta) metros no tempo máximo de 04 (quarto) minutos para serem considerados aptos os candidatos. O TAF será igual para todas as faixas etárias. (ESTADO DO MARANHÃO, 2021, p. 08).

De acordo com o Edital acima, a prova de natação de 50 metros, deveria ser realizada com o candidato dentro da água, junto à borda da piscina. Ao sinal de

início da prova, os candidatos tanto do sexo masculino como feminino, poderiam utilizar a parede da piscina para impulso inicial (ESTADO DO MARANHÃO, 2021, p. 8). O candidato poderia realizar o percurso, em qualquer estilo, com a exceção do nado costa, desde que fizesse tempo pré-estabelecido. A piscina utilizada para o teste deveria ter, pelo menos, 25 metros de comprimento (ESTADO DO MARANHÃO, 2021, p. 8)

Na prova de natação de 50 metros são adotados os seguintes critérios de reprovação, segundo o Edital Nº 007/2021:

Critérios de Reprovação: Não será permitido ao avaliado tocar no fundo ou nas bordas da piscina e raias, utilizando-se como apoio para se deslocar ou para descansar, durante a execução da prova, bem como flutuar; apoiar-se fisicamente em outro avaliado no transcurso da prova; utilizar qualquer tipo de objeto como flutuador, bem como nadar submerso (exceto para impulsão inicial). Caso ocorra quaisquer das situações acima, o candidato será eliminado. (ESTADO DO MARANHÃO, 2021, p. 09)

A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar do Maranhão, já inseriram a natação dentro do processo seletivo de candidatos e no curso de formação de alguns de seus cursos, como foi explanado acima. Dessa forma, visando selecionar e capacitar os candidatos ao cargo de soldado da Polícia Militar do Maranhão é que se sugere, através deste trabalho, a inclusão da natação, dentro do TAF de ingresso do CFSd.

5.5 Teste de aptidão física do CFSd

Após análise realizada neste trabalho e buscando trazer um novo padrão de testes físicos para PMMA, constatou-se que a banca examinadora, escolhida pelo Governo Estadual, aplica quatro testes físicos para o ingresso à corporação militar ao CFSd da Polícia Militar do Maranhão, sendo eles: a flexão de braços no solo, meio sugado, abdominal remador e o teste de corrida aeróbica de 2.100m.

São testes, que podem ser encontrados facilmente dentro dos requisitos exigidos nos exames de aptidão física realizados nas polícias militares do Brasil. Tendo em vista que, todos eles apresentam-se como fundamentais para a atividade policial desenvolvida pelos agentes de segurança pública.

No entanto, é importante frisar que não há uma padronização no TAF dentro das instituições policiais militares do Brasil. No que tange aos tipos de

exercícios a serem aplicados nos testes de ingresso às corporações estaduais, cada instituição militar adota os exercícios de acordo com as suas necessidades e realidades locais.

Pode-se identificar que, dentre as corporações analisadas neste trabalho, tais como: Polícia Militar do Distrito Federal; Polícia Militar de Pernambuco e a Polícia Militar de Tocantins, além de outras citadas, todas elas já exigem a natação, no processo seletivo dos candidatos ao cargo de soldado.

Todavia, constatou-se que a PMMA ainda não aplica aprova de natação para o ingresso de candidatos ao CFSd o que, de certa forma, acaba limitando a área de atuação dos seus policiais, já que nem todos possuem a capacidade e conhecimentos técnicos relacionados, a como agirem em situações nas quais precisem intervir em ambientes aquáticos.

Os policiais militares, de acordo com Silveira (2017) devem ser treinados até a exaustão com vistas a internalizarem os procedimentos de alerta e principalmente de enfrentamento direto do perigo, já que a profissão dos agentes de segurança pública demanda que eles possuam um ótimo condicionamento físico para atenderem a sociedade da melhor forma possível, em todos os campos de atuação.

Através da pesquisa de documentos, como Boletins Internos e Editais de Curso de Formação mais recentes, identificou-se que, no estado do Maranhão há cursos que já exigem a natação no processo seletivo de candidatos, quais sejam, o CFO-PM e os cursos operacionais do Sistema de Segurança, como o Curso de Operações Aéreas e o Curso de Força Tática, já trabalhados neste capítulo.

Ante o exposto neste trabalho, percebe-se como necessária a inclusão da prova de natação entre os testes físicos para o ingresso ao CFSd da PMMA, devido a sua relação no desempenho da atividade policial e aos seus inúmeros benefícios proporcionados a Polícia Militar do Estado do Maranhão, seja na capital ou no interior do estado. Conforme já exposto neste trabalho, a natação aumenta o rendimento das capacidades motoras específicas dos policiais quando eles estão no desempenho da função ou em qualquer outra atividade.

Dessa forma, visando selecionar o candidato mais completo fisicamente e buscando-se elevar o nível de formação dos soldados do estado maranhense, percebe-se nitidamente a necessidade de inclusão da natação entre os testes físicos exigidos pelo edital de abertura do concurso para o cargo de soldados da PMMA,

tendo em vista as inúmeras situações que eles precisam enfrentar ao longo da atividade policial.

Para isso, este trabalho toma como referência o TAF de ingresso ao CFO estabelecido pelo Edital nº 05/2020-GR/UEMA, o qual especificou os seguintes requisitos para o teste aquático:

Prova individual, em única tentativa, começará a execução ao sinal de partida do avaliador, na borda interna da piscina, nadando sobre a água e sem se apoiar ao fundo ou às bordas laterais ou divisores das raias da piscina [...] onde percorrerá a distância estabelecida dentro do menor tempo possível, não sendo permitido o nado submerso em hipótese alguma. Sendo permitido o toque na borda de chegada para realizar o giro olímpico ou outra forma de impulsão [...] (UEMA, 2020, p. 90).

Todavia, tendo como objetivo avaliar de forma mais criteriosa os candidatos ao cargo de soldados, alguns requisitos devem ser exigidos dentro da prova aquática para o ingresso ao CFSd, como será visto a seguir.

É essencial que, todos os candidatos que buscarem ingressar na Polícia Militar do Maranhão ao cargo de soldado sejam submetidos ao teste de natação e aos demais exercícios já existentes. A distância para a realização da prova aquática a ser adotada, baseando-se na que já existe no estado para o curso de Oficiais deverá ser de 50 (cinquenta) metros na piscina, conforme consta no apêndice A.

Todavia, em relação ao tempo limite para a conclusão da prova, este trabalho busca apresentar o tempo de 1(um) minuto e 35 (trinta e cinco) segundos para o sexo masculino e de 1(um) minuto e 45 (quarenta e cinco) segundos, para o sexo feminino. Em relação aos estilos para a realização da prova, entende-se que apenas o nado crawl ou nado peito devem ser utilizados.

Ao exigir a natação no TAF de ingresso ao CFSd, a instituição instigará no futuro policial militar a necessidade em adquirir conhecimentos e noções básicas relacionadas ao deslocamento no meio aquático, fator de extrema relevância nas ações policiais atualmente, tendo em vista que todo policial militar em ação, seja no desempenho das suas atribuições ou mesmo fora delas, necessita encontrar-se condicionado física e tecnicamente para poder agir de maneira rápida e eficaz, em ambientes envolvendo água ou não, nos quais ele necessite atuar imediatamente, buscando salvar vidas e ao mesmo tempo resguardar a sua.

Além desses critérios adotados para o ingresso, é de extrema importância que durante os cursos de formação, sejam incluídos nas aulas de educação física,

treinos relacionados à prática do nado, tendo como finalidade o trabalho de adaptação ao meio líquido, o desenvolvimento da fluabilidade, da respiração, da propulsão e da coordenação dos movimentos de cada policial.

Para efeito das necessidades iniciais dos soldados é imprescindível a padronização do nado crawl ou peito, como os estilos a serem desenvolvidos e adaptados ao treino físico, já que eles se destacam por serem os mais utilizados em cursos, devido a sua fácil aprendizagem e sua maior eficiência, quando o assunto é resgate e salvamento aquático de vítimas.

Todavia, sabe-se que as limitações estruturais dos espaços de prática de atividade física dentro dos batalhões, tanto na capital como no interior, limitam o treinamento contínuo da natação dentro da atividade física dos policiais militares, tal fator não inviabiliza a utilização de outros espaços, visando superar os obstáculos existentes, como o grande quantitativo de alunos no CFSd, que podem ser superados pela instituição, com planejamento e busca de parcerias com outras instituições.

Na busca de alternativas também podem ser adotadas ações pelo Governo do Estado, o qual buscaria estabelecer parcerias para a PMMA, através de convênios com clubes e associações particulares que tenham locais de treino tanto na capital como no interior do estado, ou mesmo com outras instituições públicas, as quais possuam estrutura para a realização de treinamentos, além da utilização dos meios naturais existentes, tais como rios, além da orla marítima.

Assim, por ser a Polícia Militar uma das poucas instituições públicas estaduais, presente em todos os municípios do Estado Maranhense, sempre buscando fazer frente às demandas da segurança pública e além da participação em atividades de defesa civil, resgate, salvamento, o que, devido à dinâmica, levam o policial, a intervir nas mais diversas e adversas situações visando à manutenção da ordem e incolumidade das pessoas, torna-se mais que essencial que todo o efetivo, seja oficial ou praça, esteja condicionado a agir e atuar em qualquer tipo de ambiente seja ele, em terra, no ar ou na água.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa ressaltou a importância da Polícia Militar no que tange as suas funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, tal como assegura a Constituição Federal de 1988 em seu art. 144 que garante a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

O trabalho também resalta a importância da exigência do Teste de aptidão física para o desempenho da carreira do futuro policial militar, salientando que o policial militar que possui uma boa aptidão física tem a facilidade em suportar e enfrentar o estresse proporcionado pela sua profissão advindo de uma sociedade cada vez mais violenta e insegura.

O estudo qualitativo ressaltou que os testes físicos devem estar norteados com as reais necessidades que estão associadas à profissão policial militar, pois as suas missões e características cobram a inclusão de homens e mulheres que possuam preparo físico, ainda que seja o mínimo razoável, para as ações nas quais eles serão submetidos.

Buscou-se enfatizar que a natação surge como um complemento aos demais testes já aplicados na PMMA, tendo como finalidade aprimorar a capacidade física do policial militar em ambiente aquático, capacitando-o a enfrentar diferentes tipos de situações na sua atividade-fim.

Destacou-se a presença do teste de natação no TAF de algumas polícias militares do Brasil, tais como: PMDF; PMTO e a PMPE entre outras, para o cargo de soldado, as quais compreendem a natação como uma ferramenta fundamental na preparação e formação do PM.

Este trabalho também buscou ressaltar, a dimensão da hidrografia maranhense, tendo como objetivo demonstrar que este Estado é cercado por águas de todos os lados, seja de rios, lagos e praias. Dessa forma, torna-se de suma importância que o PM, enquanto agente de segurança pública, esteja condicionado tanto no aspecto físico e técnico, para poder atuar em ambientes em que se exige o conhecimento em relação ao nado.

Trabalhou-se também a respeito da necessidade de se conhecer os diferentes tipos de nado, tais como o nado crawl, peito, borboleta e o nado militar. Sendo este último, o que mais se utiliza nos cursos operacionais, em virtude de ser um nado mais direcionado a situações de resgate e salvamento. Todavia, como

destaque temos o nado crawl, por ser um estilo de fácil aprendizagem e àquele que mais se trabalha e desenvolve nos cursos de formação das academias de polícia.

Por meio da análise dos diferentes autores apontados neste trabalho acadêmico, identificou-se que uma das principais contribuições da inclusão da natação no ingresso a polícia militar vai além do aspecto físico, já que essa atividade física é completa e oferece benefícios para a saúde e qualidade de vida dos policiais, pois atua diretamente na musculatura do corpo, sem gerar impactos prejudiciais, em virtude dos movimentos serem realizados na água, um ambiente que proporciona melhora significativa à respiração e à coordenação motora do PM.

A profissão do policial é imprevisível, onde qualquer situação de crise pode surgir a qualquer momento, por exemplo, uma prestação de socorro a uma vítima que esteja se afogando, onde a espera por uma equipe de bombeiros seria inviável, devido o tempo de deslocamento até o local, o que poderia custar uma vida, em caso dos policiais que estejam diante da ocorrência não saibam como atuar.

Nesse sentido, o trabalho sugere que a natação seja incluída dentro do teste de aptidão física no processo seletivo de candidatos ao curso CFSd da PMMA. Para isso, apresenta-se como sugestão e aplicabilidade a prova aquática de 50 (cinquenta) metros, a qual deve ser realizada em piscinas.

Como sugestão dos estilos a serem utilizados para a realização da prova, este trabalho sugere o nado crawl ou o nado peito, este devido a sua semelhança ao nado militar o que o torna de extrema importância para os treinamentos ao longo do curso de formação, àquele em virtude de ser o mais praticado, por ser de fácil aprendizagem, apresentando-se como uma boa alternativa para pessoas que tenham dificuldades de adaptação ao ambiente aquático.

O presente estudo não é um trabalho acabado mais que dar norte a outros tipos de pesquisas relacionadas a temas que envolvam a natação e a necessidade dessa modalidade esportiva em ser aplicada dentro dos TAFs dos cursos de formação da Polícia Militar do Maranhão.

Assim, ante tudo que foi exposto, afirmar-se que a PMMA necessita alterar seu processo avaliativo de aptidão física, com a inclusão da natação no TAF de ingresso ao CFSd da PMMA, conforme apontado por outros trabalhos acadêmicos que apontam ser uma tendência nas demais corporações policiais militares do Brasil, tendo como finalidade oferecer um melhor serviço à sociedade maranhense e proporcionar qualidade de vida aos futuros policiais militares.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, R. **Avaliação da força propulsiva em natação e sua relação com o treinamento e técnica.** Tese Doutoral. Universidade de Granada, 1992.
- BARBOSA, V. L. P. **Prevenção da obesidade na infância e na adolescência: exercício, nutrição e psicologia.** Barueri: Manole, 2004.
- BONACELLI, M. C. L. M. **A natação no deslizar aquático da corporeidade.** Tese (Doutorado) em Educação Física. Campinas, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Edital nº 1 – PMTO – CFP, de 23 de dezembro de 2020. Polícia Militar do Estado do Tocantins. Tocantins, 2020.
- BRASIL. Edital nº 83/DGP – PMDF, de 2 de abril de 2018. Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília, DF: 2018.
- BRASIL. Governo do Estado do Maranhão. Edital nº 0001/2021 – CTA/SSP – MA. São Luís, MA, 2021.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de julho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- BRASIL. Manual de Companhia: treinamento físico Militar, 2015.
- BRASIL. Portaria Conjunta SAD/SDS nº 083, de 07 de junho de 2018. Governo do Estado de Pernambuco. 2018.
- BRITO, A. M. **Centro de educação física e desporto na Polícia Militar do Maranhão: uma proposta de implantação.** Monografia (Graduação), São Luís, 2020.
- CAVALCANTE, R. F. de; ROSA, C. R. F.; RAMOS, P. C. B. **O uso dos símbolos das forças especializadas na Polícia Militar do Maranhão: Uma proposta de padronização no Grupo de Operações Especiais e Força Tática.** Monografia apresentada à Banca Examinadora na Academia de Polícia Walterler por ocasião da conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Natal, 2015.
- CERVO, C. M.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: HALL, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
- COOPER, K. H. **O programa aeróbico para o bem estar total.** Rio de Janeiro: 1982.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, sem II, 2008.

ESTADO DO MARANHÃO, Secretaria de Estado da Segurança Pública Polícia Militar do Maranhão Diretoria de Ensino edital Nº 007 de 2021. Processo seletivo curso de força tática. Polícia Militar do Maranhão PMMA, São Luís, 2021. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/5016/1/PRT_SENASP_2021_305.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

ESTADO DE TOCANTINS. Diário oficial. 23 de dezembro de 2020 5752. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/doi-5752-23122020.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FERREIRA, N. M. de J. **História do CTA**. São Luís, MA, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, UEC, 2002.

FREITAS, R. H. de. **Medida e avaliação para o esporte e a saúde**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2004.

GALENO, Fabiano Viana Assis. **Policimento fluvial em Barreirinhas-MA**: uma proposta de implantação como alternativa para o Batalhão de Policiamento Turístico-BPTUR na região dos Lençóis Maranhenses. Orientador: Maj. QOPM Anselmo da Silva Azevedo. Monografia (Graduação)- Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa. Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: v. 35, n. 03, maio/junho 1995.

GOMES, D. C. **Batalhão de policiamento fluvial na região metropolitana de São Luís – MA**. Orientador: Maj. QOPM Onildo Osmar de Sampaio Júnior. Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. **Qualidade de vida e atividade física**: explorando teorias e práticas. Barueri, SP: Manole, 2004.

GOUVALI, Marina K.; BOUDOLOS, Konstantinos. Análise dinâmica e eletromiográfica em variantes do exercício de flexão. **The Journal of Strength&ConditioningResearch**, v. 19, n. 1, p. 146-151, 2005.

GOVERNO DE RORAIMA. No Rio Branco. **Polícia Militar realizou patrulhamento fluvial neste fim de semana**. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/index.php/noticias/item/2322-no-rio-branco-policia-militar-realizou-patrulhamento-fluvial-neste-fim-de-semana>. Acesso em: 01 dez. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 1 Portaria Conjunta SAD/SDS n. 083, de 07 de junho de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/EDITAL%20DA%20PM%20DE%20PERNAMBUCO.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

GUEDES, D. P. **Manual prático para avaliação em educação física**. Manole Ltda, 2006.

GUISELINI, Mauro Antônio. **Atividade física e qualidade de vida**. Informe Phorte, 1999.

LACERDA, A. A. **Natação utilitária no curso de formação de soldados da Polícia Militar da Paraíba no 2º Batalhão**. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). CampinaGrande, PB, 2016.

LAUGHLIN, N. Y.; BUSK, P. L. Relationship between muscle endurance tasks and gender. National Strength & Conditioning Association (U.S.). **The J. Strength Cond. Res.**, 21, pp. 400-405, 2007.

LOIOLA JUNIOR, E. do O. **Avaliação dos cadetes do primeiro ano do CFO PM**. Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais – PMMA, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

MACHADO, Bruno R.; RUFFEIL, Roberto. **Natação e o Desenvolvimento em Crianças de Dois a Seis Anos de Idade**. Artigo de conclusão de educação física. UEPA, 2011.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando o mais rápido possível**. São Paulo: Manole, 2010.

MAKARENKO, Leonid P. **Natação: seleção de talentos e iniciação desportiva**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MARANHÃO. Constituição. Constituição do Estado do Maranhão. Maranhão: editora Aquarela, 1999.

MARANHÃO. Decreto nº 16. 687, de 4 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a organização da gerência de Justiça, segurança Pública e Cidadania. São Luís, MA, 1999.

MARANHÃO. Edital de Errata nº 02/2021/Retifica edital nº 001/2021 – CTA/SSP-MA, p. 02. São Luís, 2021.

MARANHÃO. Edital nº 1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017. Maranhão: PMMA, 2017. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/pm_ma_17/arquivos/Ed_1_PM_MA%202017_SU%20BSTITUIDO.PDF. Acesso em: 02dez. 2021.

MARANHÃO. Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995 – dispõe sobre o estatuto

dos policiais militares da polícia militar do maranhão e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7289.htm. Acesso em: 02 dez. 2021.

MARANHÃO. Lei Ordinária Estadual Nº 4.570 de 14 de junho de 1984. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. 1984.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. **Avaliação e prescrição de atividade Física**: guia prático. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

MASSAUD, m. G. **Natação, 4 nados**: aprendizado e aprimoramento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

MENDES, C. M. L.; CUNHA, R. C. L. As novas tecnologias e suas influências na prática de atividade física e no sedentarismo. **Revista Interfaces**: saúde, humanas e tecnologia. Faculdade Leão Sampaio, Ano 1, v. 1, n.3, jun, 2013

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

OLIVEIRA, J. A. D. de. **A natação na formação dom oficial de carreira da Academia Militar das Agulhas Negras**. Monografia do Curso de Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2020.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

POLICIA MILITAR RONDÔNIA. **Policimento fluvial**: Embarcação militar entregue a PMRO irá beneficiar população do Distrito de São Carlos. Disponível em: <https://pm.ro.gov.br/index.php/institucional/noticias/9071-policiamento-fluvial-embarcacao-militar-entregue-a-pmro-ira-beneficiar-populacao-do-distrito-de-sao-carlos.html>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIZZETTO, E. **Natação na atividade operacional**: Proposta de um Programa de Treinamento para Policiais Militares que Ingressam no Corpo de Bombeiros. Monografia de conclusão de curso, sob orientação do Ten Cel PM KIYOSHI OKUMA São Paulo 2003

RODRIGUES, S. J. D.; DOS SANTOS, L. E. N.; DA COSTA, C. R. R. **Temas da geografia do Maranhão**: território e desenvolvimento regional. Lugar, Educação e

Cultura. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2017.

RODRIGUES-AÑEZ, C. R. **Sistema de avaliação para a promoção e gestão do estilo de vida saudável e da aptidão física relacionada à saúde de policiais militares**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia de Produção. Florianópolis, 2003.

SANTOS, M. S. C. **Proposta de implantação de uma força tarefa náutica (FTN)**. São Luís – MA, Secretaria de Segurança Pública, Centro Tático Aéreo, 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007.

SERAFIM, D. H. da S. **A importância do emprego correto das técnicas de natação na formação do oficial da linha militar bélica**. 2020.

SEIFERT, L. Modelagem de parâmetros espaço-temporais e coordenativos na natação. **Journal of Science and Medicine in Sport**, Belconnen, v. 12, n. 4, 2007.

SILVA, Rolian dos Santos; CAMPOS, Paulo Eduardo Mendes de; CARVALHO, Eduardo Angelo Moraes de. Polícia Militar. **Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar Do Pará Nº 001/2014 Dgop/PMPA**. Pará, 2014. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/images/2020/Portarias/diretriz_geral_para_emprego_operacional.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

SILVA, A. A. da. **Operações Helitransportadas**: uma análise das armas e equipamentos no tiro embarcado pelo CTA/MA. Monografia (Graduação): Curso de Formação de Oficiais PM. Universidade Estadual do Maranhão. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. São Luís, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2005.

SILVA, M; GHORAYEB, N.; NETO, T. L. B. **O exercício**: preparação fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Editora Atheneu, p. 261- 266, 1999.

SILVA, V. B. da. **A importância das sessões de natação na AMAN no desenvolvimento dos atributos da área afetiva inerente ao oficial comandante do Exército Brasileiro**. 2020.

SILVEIRA, J. L. G. **Aptidão física, índice de capacidade de trabalho e qualidade de vida de bombeiros de diferentes faixas etárias em Florianópolis – SC**. Florianópolis. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, UFSC.

SILVEIRA, W. G. B. **Aptidão física, nível de atividade física e qualidade de vida de policiais militares em início de carreira**: um estudo longitudinal. 2017.

SOBRASA – Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. **Boletim Brasil** – 2021.

Disponível em:

http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/baixar/AFOGAMENTOS_Boletim_Brasil_2021.pdf. Acesso em: 01 de out. 2021.

SOUZA, D. M. de; DE ASSIS JUNIOR, R. S. Uma visão geral dos testes de aptidão física realizados para o acesso à carreira de policial civil nos estados brasileiros: uma visão estratégica para contribuir com a gestão do acesso à Polícia Civil via TAF. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 5, n. 1, p. 36-43, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA. **Edital nº 05/2020-GR/UEMA**. São Luís – MA, 2020. Disponível em: <https://www.uema.br/2020/10/edital-n-o-052020-gruema/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WEINECK, J. **Atividade física e esporte: para quê?** Barueri: SP, Manole, 2003.

APÉNDICE

**APÊNDICE A – SUGESTÃO E APLICABILIDADE DA PROVA AQUÁTICA DO CFSd
DA PMMA – PROVA AQUÁTICA DE 50 METROS ESTILO CRAWL
OU PEITO (Masculino e Feminino)**

1 ÍNDICES PARA PONTUAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO
18 a 24 anos	1 minuto e 30 segundos ou menos	1 minuto e 40 segundos ou menos
A partir de 25 anos	1 minuto e 35 segundos ou menos	1 minuto e 45 segundos ou menos

2 PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO AMBOS OS SEXOS:

2.1 Para a realização da prova de natação o candidato deverá nadar 50 metros utilizando-se apenas de dois estilos de nado, ou o crawl ou peito;

2.2 O tempo será marcado em minutos, segundos e centésimos de segundos;

2.3 A prova deverá ser realizada em piscinas, preferencialmente, de 25 ou 50 metros;

2.4 O avaliado deverá posicionar-se na borda da piscina, não podendo fazer uso do bloco de partida;

2.5 o candidato iniciará a prova ao sinal de partida do avaliador, na borda interna da piscina, nadando sobre a água e não poderá se apoiar ao fundo ou nas bordas laterais ou divisores das raias da piscina;

2.6 Ao silvo de apito ou comando de voz será acionado o cronômetro. Será permitido impulsionar-se no momento da largada e na execução da virada olímpica ou qualquer outro tipo em casos de provas em piscinas de 25 metros;

2.7 Para realização da prova o candidato deverá utilizar o uniforme exigido pela banca examinadora;

2.8 A prova estará concluída quando o executante completar 50 metros e tocar na borda com qualquer parte de seu corpo;

2.9 Este teste só poderá ser realizado por candidatos que não tenham restrições médicas;

3.0 O executante somente iniciará o exercício após a autorização do avaliador;

3.1 O candidato terá somente uma tentativa para execução da prova;

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO ENVIADO A DIRETORIA DE ENSINO (DE) -PMMA



**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS**

"Escola Superior de Comandantes"

Criada pela Lei Estadual (MA) nº 5.657 de 26/04/1993 e transformada em Unidade de Ensino Superior por meio da Lei 9.658 de 17 de julho de 2012.

São Luís - MA, 17 de outubro de 2021.

Ofício nº 243/2021 – C.A/APMGD.

Do Cel. QOPM Comandante da APMGD

Ao Cel. QOPM Diretor de Ensino

Assunto: Solicitação

Tendo em vista o desenvolvimento do tema de Monografia: Análise da necessidade de inclusão da natação no teste de aptidão física para o ingresso no curso de formação de soldados da PMMA, do Cadete PM 08/18 Ermerson da **Silva Sousa**. Venho por meio deste, solicitar os dados referentes a Norma para Conduta do Ensino (NPCE) que é utilizada no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Maranhão que trata a respeito do Teste de Aptidão Física.

Atenciosamente,

Ten Cel QOPM **Anderson** Fernando Holanda Maciel
Comandante da APMGD

ANEXO B – RESPOSTA OBTIDA ATRAVÉS DO OFÍCIO ENVIADO A DIRETORIA DE ENSINO DA PMMA



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO

Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau; CEP. 65.074-220;
São Luís/MA; E-mail: densinopmma@gmail.com.

São Luís – MA, 22 de novembro de 2021

Memorando nº 198/2021-DE

Do: Cel. QOPM Diretor de Ensino.
Ao: Cel. QOPM Comandante da APMGD.
Assunto: Informação
Referência: Ofício nº 243/2021 – C.A./APMGD
Anexo: Cópia do BG 111, de 14/06/2017 e Cópia do BG 099, de 29/05/2020.

Senhor Comandante,

Em resposta ao documento referenciado, informo que as Normas Para o Planejamento e Conduta do Ensino - NPCE (Biênio 2017/2018) ora vigente na Instituição, por força da Portaria de Prorrogação nº 036/2020 - GCG, publicada no BG 099, de 29 de maio de 2020, encontra-se publicada no BG 111, de 14 de junho de 2017, conforme documento em anexo.

Ademais cabe informar ao referido cadete PM /18 Emerson da Silva Sousa, que a finalidade da NPCE é estabelecer o planejamento e o desenvolvimento do ensino na PMMA, através dos princípios básicos observados pelos estabelecimentos de ensino ou por outra Unidade Policial Militar (UPM), assim como desenvolver atividades relativas à formação, aperfeiçoamento, especialização, atualização profissional e adaptação de Oficiais e Praças da PMMA. Portanto, o Teste de Aptidão Física para o ingresso de candidatos no Curso de Formação de Soldados, não é descrito em tais Normas, uma vez que os critérios exigidos para o ingresso dos candidatos no CFSD é regulado pela banca examinadora de Concursos, a qual é contratada pelo Governo do Estado, quando da realização do referido concurso público.

Atenciosamente,


Cel. QOPM Alexandre Francisco dos Santos
Diretor de Ensino da PMMA

BG Nº 110, 13 de junho de 2017 - AjG

- 3600 -



SEGUNDA PARTE – ENSINO E INSTRUÇÃO

2.1 - ENSINO

A. TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO(S) RECEBIDO(S)

1) ATO DO COMANDANTE GERAL

a) Portaria do Comandante Geral

(1) PORTARIA Nº 051-GCG/2017

(a) O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e de acordo com o inciso Art. 6º, da Lei nº 4.570, de 14/07/1984, combinado com o inciso II do Art.37 da Constituição Federal, com o inciso II, do Art. 19 da Constituição Estadual e da Lei nº 6513, de 30 de novembro de 1995 (dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar e dá outras providencias); Considerando a necessidade de atualização das Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino e da Instrução e das Normas para Seleção e Indicação de Candidatos para Cursos e Estágios, para o biênio 2017/2018;

Considerando a proposta elaborada pela Comissão designada para este fim, pela Portaria 004/2017-DE, de 31/01/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE (Biênio 2017/2018).

Art. 2º- Aprovar as Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução – NPCI (Biênio 2017/2018).

Art. 3º Aprovar as Normas para Seleção e Indicação de Candidatos para Cursos e Estágios - NSICCE (Biênio 2017/2018).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 02/01/2017.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Quartel do Comando Geral em São Luís, 01 de junho de 2017. Cel QOPM José Frederico Gomes Pereira - Comandante Geral da PMMA. NOTA Nº: 311996336 - DE

BG Nº 110, 13 de junho de 2017 - AjG

- 3601 -



B. ALTERAÇÃO DE OFICIAL

1) ATO DO DIRETOR DE ENSINO

a) Indicação para Curso Fora do Estado com Ônus

(1) Por ter sido deferido o requerimento do Maj QOSPM Michael Martins Braga, matrícula 1681972, da DSPS, autorizo o referido Oficial a frequentar o Curso de Pós-Graduação em Psiquiatria, a ser realizado pelo Centro Brasileiro de Pós – Graduação – CENBRAP, na cidade de Fortaleza- CE, no período de 26 de agosto de 2017 a 26 de janeiro de 2019, por se tratar de Curso reconhecido como de interesse da PMMA.

- Em consequência:

a) A Ajudância Geral Providencie passagens aéreas nos trechos São Luís-MA/ Fortaleza- CE/ São Luís-MA, ao Oficial indicado;

b) A DP providencie Ajuda de Curso ao Oficial indicado, conforme legislação em vigor;

c) Os órgãos competentes tomem conhecimento e providências cabíveis. Cel QOPM José Frederico Gomes Pereira-Comandante Geral da PMMA. NOTA Nº: 1761508132 - DE

2.2 - INSTRUÇÃO

A. TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO(S) RECEBIDO(S)

1) ATO DO COMANDANTE GERAL

a) Aprovação de Normas de Planejamento e Conduta de Instrução (NPCI)

(1) APRESENTAÇÃO

(a) A Polícia Militar do Maranhão – PMMA é a única instituição do Estado presente em todos os rincões maranhenses, portanto, para fazer frente às demandas de segurança pública e a outras que por força do costume ou da necessidade exigem que o policial militar intervenha, é necessário que seus integrantes estejam preparados.

Tamãha missão, aliada a tradicional postura adotada pela PMMA, fundamentada na hierarquia, disciplina, organização e planejamento, com respaldo nos 181 anos de experiência, nos remetem, e principalmente a Diretoria de Ensino, a permanente atualização das doutrinas e demais instrumentos voltados ao processo de ensino/aprendizagem, bem como a forma de dinamizá-los, para que todos os setores Institucionais tenham cristalino direcionamento para a consecução das políticas de ensino internas, que necessariamente devem estar alinhadas com a legislação vigente no País.

BG nº 099, de 29 de maio de 2020 - AjG

- 2880 -



SEGUNDA PARTE – ENSINO E INSTRUÇÃO

2.1 - ENSINO

A. TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO(S) RECEBIDO(S)

1) ATO DO COMANDANTE GERAL

a) Prorrogação de Normas para Planejamento e Conduta de Ensino - NPCE/NPCI

(1) PORTARIA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 036/2020 - GCG

(a) O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e de acordo com o inciso II do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do Art. 19 da Constituição Estadual e da Lei nº 6513, de 30 de novembro de 1995 (dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar e dá outras providências);

Considerando a necessidade de atualização das Normas para Seleção e Indicação de Candidatos para Cursos e Estágios, para o biênio 2020/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência da Portaria nº 051/2017 – GCG, publicada no Boletim Geral nº 110, de 13/06/2017, que trata das Normas para Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE (BIÊNIO 2017/2018), as Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução – NPCI (BIÊNIO 2017/2018), e as Normas para Seleção e Indicação de Candidatos para Cursos e Estágios – (BIÊNIO 2017/2018), anteriormente prorrogados pela Portaria 051/2019 – GCG, publicada pelo Boletim Geral nº 137, de 23/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/01/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Quartel do Comando Geral em São Luís, 01 de abril de 2020. Cel QOPM Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis - Comandante Geral da PMMA. NOTA Nº: 20200430135959 - DE

B. ALTERAÇÃO DE OFICIAL

1) ATO DO COMANDANTE GERAL